

SC13829

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115-517700 Fax : +251115- 517844  
Website : [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Vigésima Sexta Sessão Ordinária**

**23 - 27 Janeiro 2015**

**Adis Abeba, Etiópia**

**EX.CL/866(XXVI)**

**Original: Inglês**

**RELATÓRIO ANUAL DA PRESIDENTE SOBRE AS  
ACTIVIDADES DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA  
REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE  
JANEIRO E DEZEMBRO DE 2014**



## ÍNDICE

<b>PARTE A: SÍNTESE DA PRESIDENTE .....</b>	<b>1</b>
Introdução .....	1
África em 2014.....	2
<b>PARTE B: RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO DA UA REFERENTE AO ANO DE 2014.....</b>	<b>9</b>
Destques do trabalho realizado pela Comissão durante o ano de 2014.....	9
3º Plano Estratégico da Comissão da UA (2014-2017) .....	10
<b>RESULTADO 1: PAZ, ESTABILIDADE, BOA GOVERNAÇÃO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>13</b>
<b>RESULTADO 2: EXPANSÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, DESENVOLVIMENTO DOS SECTORES DE AGRO PROCESSAMENTO, AUMENTO DO ACESSO AO MERCADO E ALCANCE DA AUTO-SUFICIÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COLECTIVA DE ÁFRICA ATRAVÉS DA PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE PEQUENA ESCALA, BOA GESTÃO DO AMBIENTE, DOS RECURSOS NATURAIS E DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. ....</b>	<b>22</b>
<b>RESULTADO 4: MELHORIA DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E DO EMPREGO, APOIADO PELA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>40</b>
<b>RESULTADO 5: ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSO PARA PERMITIR A AUTO-SUFICIÊNCIA AFRICANA.....</b>	<b>50</b>
<b>RESULTADO 6: UMA UNIÃO DOS POVOS .....</b>	<b>53</b>
<b>RESULTADO 7: CAPACIDADES INSTITUCIONAIS E RELAÇÕES COM AS CER, ÓRGÃOS DA UA E PARCEIROS.....</b>	<b>55</b>
<b>Parte C: CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS.....</b>	<b>68</b>

## **PARTE A: SÍNTESE DA PRESIDENTE**

### **Introdução**

1. Tenho a honra de apresentar o Relatório Anual da Comissão da União Africana (CUA), o qual descreve o trabalho levado a cabo durante o período compreendido entre Janeiro e Dezembro de 2014.
2. A Comissão tem a responsabilidade de facilitar e promover a implementação da visão da União Africana (UA) de um continente integrado, próspero, centrado nas pessoas, pacífico e que ocupa o seu lugar de direito no mundo.
3. 2014 foi o primeiro ano de implementação do 3.º Plano Estratégico (2014-2017), e centrou-se em resultados concretos. Este relatório destaca o trabalho levado a cabo pela Comissão no cumprimento do seu mandato de coordenação dos esforços e aceleração da integração e desenvolvimento do continente.

### **Destaques de 2014**

4. Para a Comissão, os maiores destaques deste ano incluem o encerramento das comemorações do 50.º aniversário da criação da OUA/UA, a consolidação do trabalho sobre a Agenda 2063, os esforços em curso para resolver e prevenir conflitos no continente, a declaração de 2014 como o Ano da Agricultura e Segurança Alimentar em África, o trabalho em curso em torno de fontes alternativas de financiamento, os esforços concertados relativos às principais iniciativas continentais no domínio das infra-estruturas, integração regional, industrialização, desenvolvimento de recursos humanos e alterações climáticas, e a consolidação da posição comum africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.
5. O último ano de consultas sobre o desenvolvimento da Agenda 2063 reforçou a nossa visão de que o envolvimento dos cidadãos africanos com vista a apropriarem-se e assumirem responsabilidades pela África que desejam é fundamental para o seu sucesso. Além disso, agradecemos aos nossos parceiros, ao Banco Africano de Desenvolvimento e à Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), bem como a Agência da NEPAD, as Comunidades Económicas Regionais (CER) e vários outros Órgãos da UA, pelo seu envolvimento neste processo. Um agradecimento especial ao Fórum dos Antigos Chefes de Estado e de Governo Africanos (Fórum África), pela sua reunião consultiva com a Comissão, em Dezembro de 2014, e pelas valiosas contribuições decorrentes do presente processo. Por último, mas não menos importante, agradecemos a participação dos governos dos Estados-membros, através das suas contribuições nas Cimeiras e reuniões Ministeriais, a participação dos seus Planificadores, e outras contribuições, quer através dos Planos de Desenvolvimento Nacionais quer através de contribuições por escrito, que demonstraram a seriedade com que o continente assume o seu futuro.
6. Além disso, o Retiro Ministerial do Conselho Executivo, realizado em Bahir Dar, Etiópia, em Janeiro de 2014, forneceu uma plataforma importante para debates aprofundados sobre a Agenda 2063 e as prioridades programáticas e institucionais. As

recomendações do Retiro foram aprovadas pela Cimeira em Janeiro de 2014. Entre outras questões, o Retiro recomendou a criação do Comité Ministerial de Acompanhamento de Bahir Dar para a Agenda 2063. O Comité se reuniu duas vezes (em Junho e em Dezembro de 2014) e recebeu relatórios da Comissão sobre as prioridades, particularmente sobre como fazer avançar a agenda de integração. As recomendações da reunião da Comissão, realizada em Dezembro de 2014, que discutiu as questões mais importantes da Agenda 2063, serão apresentadas na Cimeira de Janeiro 2015.

7. A União Africana respondeu ao surto da Doença causada pelo Vírus do Ébola na Guiné, Libéria e Sierra Leone, através da mobilização dos Estados-membros em termos de prevenção e solidariedade, e envio do Apoio da União para Combater o Surto do Ébola na África Ocidental (ASEOWA) aos países afectados. No final do ano, a Comissão mobilizou o sector privado africano para apoiar o envio de funcionários da saúde, e até Dezembro de 2014 tinham sido enviados cerca de 1000 funcionários da saúde africanos sob a égide da ASEOWA, com contingentes da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade da África Oriental (CAO) e Estados-membros individuais. Além disso, conforme mandatado pela Sessão Extraordinária do Conselho Executivo, realizada em Adis Abeba, Etiópia, a 6 de Setembro de 2014, a Comissão, em colaboração com os Ministros da Saúde, trabalhou com vista a acelerar a criação do Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças.

8. O trabalho da Comissão tem lugar no contexto de um continente em rápida transformação, com muitos indicadores sociais, políticos e económicos positivos e na direcção certa. Todavia, o progresso em relação aos objectivos gerais do continente - eliminar a pobreza, as doenças, os conflitos violentos, a dependência e o subdesenvolvimento - continua a ser lento, portanto, há necessidade de assegurar que a implementação da Agenda 2063 tenha em conta as lições do passado. Como uma missão abrangente que reflecte os nossos planos sectoriais de desenvolvimento nacionais e regionais, a Agenda 2063 define o trabalho que realizamos a vários níveis no domínio da paz e segurança, silenciamento das armas, modernização da agricultura, materialização da revolução de competências em África, integração regional, infra-estruturas e industrialização, democracia, direitos humanos e igualdade do género. É a base da relação entre África e o mundo, e tem a Posição Comum Africana sobre a agenda de desenvolvimento Pós-2015 como uma das suas realizações de médio prazo.

### **África em 2014**

9. 2014 foi um ano de desafios, mas também de muitas oportunidades para o continente. Muitos países continuaram a envidar esforços significativos para realizar as Metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), particularmente nas áreas como o acesso à educação primária e secundária; redução da mortalidade materna e infantil, VIH e SIDA, redução da pobreza, etc. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2014 sobre os ODM refere que oito dos dez países com melhor desempenho na aceleração dos ODM são da África

Austral, Oriental, Central e Ocidental, tendo os Países Menos Avançados (PMA) registado progressos mais rápidos.

10. Apesar de todas as dificuldades, incluindo a recuperação económica global lenta, o crescimento do continente continua numa trajectória ascendente. De acordo com a *Perspectiva Económica de África de 2014*, previu-se que 25 países africanos iriam crescer a uma taxa igual e superior a 6% durante o ano, sendo que a África Oriental e Ocidental seriam as regiões que mais cresceriam. A África Central seria a terceira região que mais cresceria, impulsionada pelo crescimento no Chade, República Democrática do Congo (RDC), Congo, Camarões e Gabão. Previu-se igualmente que apenas seis países (incluindo a África do Sul e Egipto) iriam registar um crescimento inferior a 3%.

11. Em média, as receitas fiscais do continente, entre 2005 e 2012, duplicaram como resultado do crescimento e, em muito menor grau, devido a melhorias na arrecadação de receitas e gestão. As remessas e os investimentos directos estrangeiros registaram também um aumento superior a 40% no mesmo período, e as indicações são de que as remessas representam actualmente um dos maiores fluxos de capitais externos para África.

12. Até 2011, os Investimentos Directos Estrangeiros (IDE) eram destinados principalmente a países ricos em recursos<sup>1</sup>. No entanto, este cenário está a começar a mudar e a criar possibilidades de diversificação do investimento estrangeiro para além dos sectores de extracção mineral e energético.

13. Os africanos estão na vanguarda em termos de manifestação de confiança no seu continente, com um número crescente de empresas a se tornarem verdadeiramente Pan-africanas. A maior parte das acções dos investimentos intra-africanos está concentrada nos serviços financeiros, serviços de arquitectura e construção, comunicações, componentes electrónicos, produtos químicos e bens de consumo. Em 2012, os investimentos africanos representaram 18% do total de novos projectos no continente, em comparação com 7% em 2008. Os cinco principais investidores africanos em África desde 2003 continuam a ser a África do Sul, Maurícias, Egipto, Nigéria e Quénia, nesta ordem.

14. As despesas públicas em infra-estruturas no continente têm vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, em muitos países, enquanto os orçamentos globais aumentaram 3% no período compreendido entre 2011 e 2013, as Dotações orçamentais para infra-estruturas aumentaram 8% no mesmo período, sendo que 21 países africanos apresentaram autorizações orçamentais de aproximadamente 46 biliões \$EU, de acordo com o Consórcio de Infra-estruturas para África (CIA).

15. Por outro lado, toda uma geração de jovens inovadores e empreendedores africanos, a trabalhar dentro e fora do continente, estão a fazer coisas extraordinárias e a acometer de forma efectiva. Ao mesmo tempo, o acesso à educação pós-escolar,

---

<sup>1</sup> Os seis principais beneficiários de IDE em 2012 e 2013 foram a África do Sul, Nigéria, Moçambique, Marrocos, Gana e Sudão. *Perspectiva Económica de África, 2014*, publicada pelo BAD, Centro de Desenvolvimento da OECD e PNUD.

formação profissional, emprego e capital, continua a ser um desafio para a esmagadora maioria dos africanos.

16. Na mesma ordem de ideias, as mulheres continuam a fazer pressão para ultrapassar barreiras. Por exemplo, após as eleições que tiveram lugar este ano na Mauritânia e Argélia, verificou-se um aumento significativo do número de mulheres em cargos executivos destes países. Além disso, o número de mulheres profissionais e no mundo empresarial como líderes e proprietárias, membro do conselho de administração, só para exemplificar, continuou a crescer, embora haja necessidade urgente de colocar maior ênfase na posição da mulher africana e prestar o apoio necessário para que possam fazer contribuições valiosas para a política africana.

### **Integração**

17. O comércio intra-africano, embora esteja a crescer, continua muito baixo em comparação com outras regiões. Portanto, em conformidade com a Perspectiva Económica de África de 2014, “África é o continente que mais rápido cresce no mundo, mas é o continente menos integrado a nível global.” Não há dúvida de que as iniciativas das CER, incluindo os acordos Tripartidos COMESA-EAC-SADC, e os esforços de integração a nível de cada bloco regional, estão a elevar o volume comercial.

18. Ao mesmo tempo, este processo tem sido muito lento, especialmente no que diz respeito à livre circulação de cidadãos africanos no continente. Embora a CEDEAO e a CAO tenham registado progressos para assegurar a livre circulação de pessoas nas regiões, e estejam actualmente a trabalhar numa política comum de migração, chegou o momento de África começar a envidar esforços para concretizar a sua agenda de integração, e este é realmente o momento, e se tornou imperativo que outras regiões e o continente avancem mais rápido.

19. Há outras áreas de integração que registaram progressos, embora de forma lenta. Uma década após a adopção da Declaração e Decisão de Yammasoukrou, 24 países celebraram acordos sobre a liberalização dos espaços aéreos com países não africanos, e quase nenhum país africano implementou acordos similares com o outro. No entanto, um relatório sobre a indústria indicou que se apenas doze dos países africanos com as maiores companhias aéreas liberalizassem os seus espaços aéreos, mais de 155 000 novos postos de trabalho seriam criados e uma considerável receita adicional seria colectada.

20. Portanto, a Comissão da UA iniciou conversações com as principais companhias aéreas do continente, bem como com Ministros dos Transportes, autoridades da aviação civil e Governos, sobre a necessidade de envidar esforços para a concretização do mercado único da aviação civil africana. É importante que os países, que estão prontos para o fazer, sejam incentivados a assumir a liderança. A Comissão iniciou também um trabalho exploratório sobre Projectos Emblemáticos, que vai formar a base para a implementação da Visão da Agenda 2063. Desde então, foram iniciadas consultas sobre a Rede Integrada de Comboios de Alta Velocidade; o Projecto “Barragem do Grande Inga” e a Harmonização dos Quadros Regulatórios do Sector Energético; a criação do Passaporte Africano e da Zona de Comércio Livre Continental,

entre outros, e estamos ansiosos em aprofundar este trabalho em curso. A Comissão irá celebrar um MdE com o Governo da República Popular da China para cooperação nas áreas de caminhos de ferro, auto-estradas, aviação e industrialização (RHA).

21. Entre as recomendações da reunião do Comité Ministerial de Acompanhamento de Bahir Dar, realizada em Dezembro de 2014, importa destacar a apresentação de um Relatório de Actividades Global sobre Integração à Cimeira da UA, em Junho de 2015, que irá levar a cabo uma comparação dos desenvolvimentos nas diferentes regiões e sectores e fazer recomendações.

### **Democracia e Paz**

22. A maioria das eleições realizadas este ano foi livre e justa, e mesmo onde houve problemas, esforços concertados foram feitos com vista a assegurar que tais problemas fossem resolvidos de forma pacífica e oportuna. Embora existam ainda desafios, estão a ser feitos progressos no sentido de consolidar a paz e restaurar a ordem constitucional em Burkina Faso, República Centro Africana, Egipto, Mali, Tunísia, Madagascar e Somália.

23. Ao mesmo tempo, tivemos também de lidar com a ameaça do terrorismo, na Nigéria e no Quénia, e instabilidade contínua no Sul do Sudão, Líbia, República Centro-Africana, e nas regiões situadas no leste da RDC.

24. A Comissão e as CER continuam a acompanhar estas questões e a trabalhar no sentido de encontrar soluções pacíficas, democráticas e duradouras para os desafios enfrentados por estes países. Foram registados progressos no que diz respeito à operacionalização da Capacidade Africana de Resposta Rápida (ACIRC) e, de uma forma mais geral, em relação ao reforço da Arquitectura Africana de Paz e Segurança e Paz e da Arquitectura Africana de Governança.

### **Reformas Institucionais e Fontes Alternativas de Financiamento**

25. O trabalho para reforçar as instituições da União está em curso e tem como objectivo melhorar os métodos de trabalho das mesmas, aumentar a sua capacidade operacional e aumentar as suas fontes de financiamento dentro do Continente.

26. Durante o ano de 2014, a Comissão enfrentou sérios desafios financeiros, devido aos atrasos de pagamento das contribuições pelos Estados-membros, bem como devido à redução e desembolso tardio de fundos por parte dos Parceiros. Ao mesmo tempo, registamos progressos no concernente à criação da Fundação UA e da Mesa-redonda da UA do Sector Privado sobre o Ébola, o que demonstra o potencial para a geração de recursos internos.

27. Portanto, aguardo com expectativa que a vossa liderança aprecie o relatório sobre fontes alternativas de financiamento da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças (CAMEF), que irá se reunir antes desta Cimeira.

## Discurso sobre África

28. Uma avaliação da cobertura de África durante o ano de 2014 mostra uma comunicação muito mais proactiva do nosso lado, especialmente no que se refere às iniciativas de desenvolvimento de âmbito continental, além da paz e segurança. Como resultado, há alguma mudança na percepção de que África é uma região predominantemente propensa a conflitos, embora esta ainda domine o discurso sobre o continente.

29. O surto do Vírus do Ébola e as tentativas de transmissão da mensagem de que todo o continente foi afectado pela doença, mostra que temos de continuar a ser vigilantes em relação ao discurso sobre África. O mesmo aplica-se às estatísticas sobre o continente. A operacionalização do Instituto de Estatísticas da UA, as iniciativas relativas ao sistemas de estatísticas essenciais dos Estados-membros, e o trabalho da UNECA e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) sobre a melhoria de dados do continente gerados localmente são, portanto, fundamentais não só para mudar o discurso sobre o continente, como também para nos permitir monitorizar o progresso e enfrentar obstáculos.

## 2015: PERSPECTIVAS

30. O Quadro da **Agenda 2063** será apresentado à Cimeira de Janeiro de 2015 para aprovação e o trabalho será concluído durante o primeiro semestre do ano referente ao primeiro plano decenal. Além disso, o trabalho iniciado sobre os projectos emblemáticos deve ser levado adiante, e a Comissão irá colaborar activamente com os Estados-membros e as CER em torno destes projectos. Exortaremos igualmente os nossos Estados-membros e as CER para que tomem as medidas necessárias no início do próximo ano, a fim de dar início ao trabalho sobre a integração da Agenda 2063 nos seus planos de desenvolvimento nacionais e regionais e para a sua incorporação nas suas políticas, quadros jurídicos e institucionais nacionais, conforme referido na Declaração Solene sobre o 50.º Aniversário. Por seu lado, a Comissão continuará a disseminar a Agenda 2063 conforme adoptada pela Cimeira.

31. Entre as recomendações da reunião do Comité Ministerial de Acompanhamento de Bahir Dar, realizada em Dezembro de 2014, importa destacar a recomendação de que a **revisão institucional** quinquenal da UA deve olhar para a adequação das suas estruturas e *modus operandi* actuais com vista à implementação da Agenda 2063. A Comissão iniciou um estudo comparativo entre a UA e outras instituições regionais semelhantes, um estudo no qual a revisão institucional pode se basear.

32. O tema para 2015, o **Ano do Empoderamento e Desenvolvimento da Mulher rumo à Agenda 2063**, será importante durante a implementação do nosso quadro continental. Há amplo consenso e evidência dos benefícios sociais da igualdade do género e empoderamento da mulher nas famílias, comunidades, e cada vez mais evidências de benefícios económicos, além dos direitos da mulher como direitos humanos. As sociedades com maior igualdade do género tendem também a ser mais social e economicamente inclusivas e tolerantes. A Comissão desenvolveu um documento temático com metas e actividades para o ano, e irá realizar mais consultas

no início de 2015, com Ministros do Género e organizações de mulheres, com enfoque na mobilização de mulheres e homens, governos, sociedade civil e empresas, para a implementação de acções concretas com vista à igualdade do género em África.

33. Portanto, as metas para o Ano da Mulher da UA incluem: A mobilização e sensibilização dos homens, mulheres, governos e da sociedade civil em torno de acções concretas para fazer avançar a igualdade do género no continente, em todas as áreas da actividade humana; Partilhar e aprender com as experiências das boas práticas no continente e no mundo; Aprofundar a integração da igualdade do género e empoderamento das mulheres na Agenda 2063 e nos quadros e programas de políticas nacionais e regionais.

34. Temos de assegurar um esforço concertado para ajudar a Guiné, Libéria e Sierra Leone a **deter o surto do vírus do Ébola**, e permitir que estes países voltem a seguir a sua trajectória de desenvolvimento. Apelamos a todos os Estados-membros da UA a contribuir para este esforço de solidariedade continental. Além disso, saudamos também os Operadores de Redes Móveis (ORM) que estão a trabalhar connosco para lançar a campanha de angariação de fundos através de SMS, intitulada África Contra o Ébola, que permitirá que os cidadãos africanos façam uma doação para os esforços destinados a deter o Ébola. Os Escritórios de Representação da UA, onde estão presentes, têm também desempenhado um papel primordial na ligação com os ORM e na divulgação da campanha. Instamos outros Estados-membros, que ainda não o fizeram, a aderir a esta campanha através das suas respectivas operadoras móveis.

35. Teremos um número substancial de **eleições** no continente este ano, e a UA deve assegurar que a realização e gestão das eleições consolidem os processos democráticos, ao invés de se tornarem fontes de conflitos. Um relatório e uma análise dos potenciais focos serão apresentados à Cimeira, de modo que sejamos capazes de tomar medidas preventivas para permitir eleições pacíficas e justas. Além das eleições, vamos prestar mais atenção à promoção da Arquitectura Africana de Governação (AFG), e, neste quadro, reforçar a governação democrática e orientada para o desenvolvimento, os serviços públicos, incluindo a governação local e descentralizada.

36. A Comissão apresentará igualmente, à Cimeira do Conselho de Paz e Segurança, o seu relatório sobre o estado de conflitos no continente, um plano de acção para silenciar as armas até 2020, o relatório sobre a relação entre África e o Tribunal Penal Internacional (TPI), e o relatório da Comissão de Inquérito sobre o Sudão do Sul. Estes relatórios irão fornecer indicadores sobre o que deve ser feito em 2015, a fim de consolidar a paz e a segurança no continente.

## Conclusão

37. Na execução do seu trabalho, a Comissão tem trabalhado com os Estados-membros, as CER, a Agência da NEPAD e os Órgãos da UA, bem como com os Parceiros, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento, a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) e outros parceiros de desenvolvimento. Queremos transmitir a todos o nosso sincero agradecimento pela vossa inestimável contribuição, e esperamos continuar com a cooperação.

38. Por fim, em nome dos membros da Comissão da UA, funcionários da sede da UA, em todo o continente e nos Escritórios de representação, Apresento o Relatório Anual de 2014 e agradeço aos Órgãos Deliberativos pelo seu apoio contínuo à Comissão.

**PARTE B: RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO DA UA REFERENTE AO ANO DE 2014****Destaques do trabalho realizado pela Comissão durante o ano de 2014**

39. Durante o período em análise, a Comissão da União Africana (CUA) levou a cabo actividades de representação, coordenação e promoção da implementação dos quadros continentais, acompanhamento e implementação das decisões dos Órgãos Deliberativos, advocacia sobre questões que constituem preocupação para África, resolução de conflitos e questões de governação, bem como prestação de serviços à União Africana (UA) e aos seus Órgãos, em conformidade com o seu mandato previsto no Acto Constitutivo e nos Estatutos.

40. Os destaques de 2014 incluem:

- a) Conclusão das actividades referentes ao 50º aniversário;
- b) Trabalho de consolidação sobre a Agenda 2063, incluindo consultas com os sectores relevantes, Estados-membros, Comunidades Económicas Regionais (CER); conclusão da Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015; desenvolvimento do primeiro plano de acção decenal da Agenda 2063; e o trabalho de exploração sobre os projectos emblemáticos da Agenda 2063;
- c) Iniciativas de apoio à integração e desenvolvimento, em particular nas áreas de infra-estruturas, industrialização, agricultura, desenvolvimento de recursos humanos, ciência e tecnologia;
- d) Trabalho adicional sobre as fontes alternativas de financiamento para as instituições e desenvolvimento de África;
- e) O esforço envidado para informar os cidadãos sobre o trabalho da UA e mudar o discurso sobre África através de comunicações, incluindo um maior uso dos meios de comunicação social;
- f) Monitorização de eleições e intervenções visando a boa governação, democracia, direitos humanos e o combate à impunidade;
- g) Trabalho contínuo sobre os desafios da paz e segurança no continente;
- h) Relação em curso com os parceiros e o mundo;
- i) Promoção da igualdade do género, direitos da mulher e participação da juventude;

41. A UA, a Comissão e as CER responderam também à doença causada pelo Vírus do Ébola que assolou a Guiné, Libéria e Sierra Leone, através da mobilização de acções de prontidão e solidariedade africana; a UA enviou pela primeira vez uma missão humanitária e de saúde sob a forma de Missão da União Africana de Combate

ao Ébola na África Ocidental (ASEOWA), e trabalhou com vista a acelerar a criação do Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças.

42. A Comissão, na sua qualidade de secretariado da União Africana, também apoiou o trabalho dos Órgãos Deliberativos. Durante o ano de 2014, organizou e facilitou os trabalhos das Sessões Ordinárias e Extraordinárias dos Órgãos Deliberativos, conforme resumido na Tabela 1 abaixo:

**Tabela 1: Reuniões dos Órgãos Deliberativos da UA durante o ano de 2014**

Nº.	CIMEIRA/REUNIÕES	DATA E LOCAL	TEMA/QUESTÕES
1.	21ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana	Janeiro de 2014 Adis Abeba, Etiópia	Agricultura e Segurança Alimentar
2.	22ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana	Julho de 2014 Malabo, Guiné Equatorial	Agricultura e Segurança Alimentar
3.	Reunião de emergência do Conselho Executivo sobre o Ébola	6 de Setembro de 2014 Adis Abeba, Etiópia	Ébola

43. Durante o ano de 2014, a Comissão organizou várias reuniões ministeriais, na sua maioria para avançar com a criação dos Comitês Técnicos Especializados (CTE), conforme preceituado no Acto Constitutivo e nos Estatutos. A maior parte, se não todas as reuniões ministeriais e dos CTE, também abordou as contribuições sectoriais na Agenda 2063.

Este relatório deve ser lido juntamente com os Relatórios dos Departamentos e dos Sectores para fins de informação mais detalhada

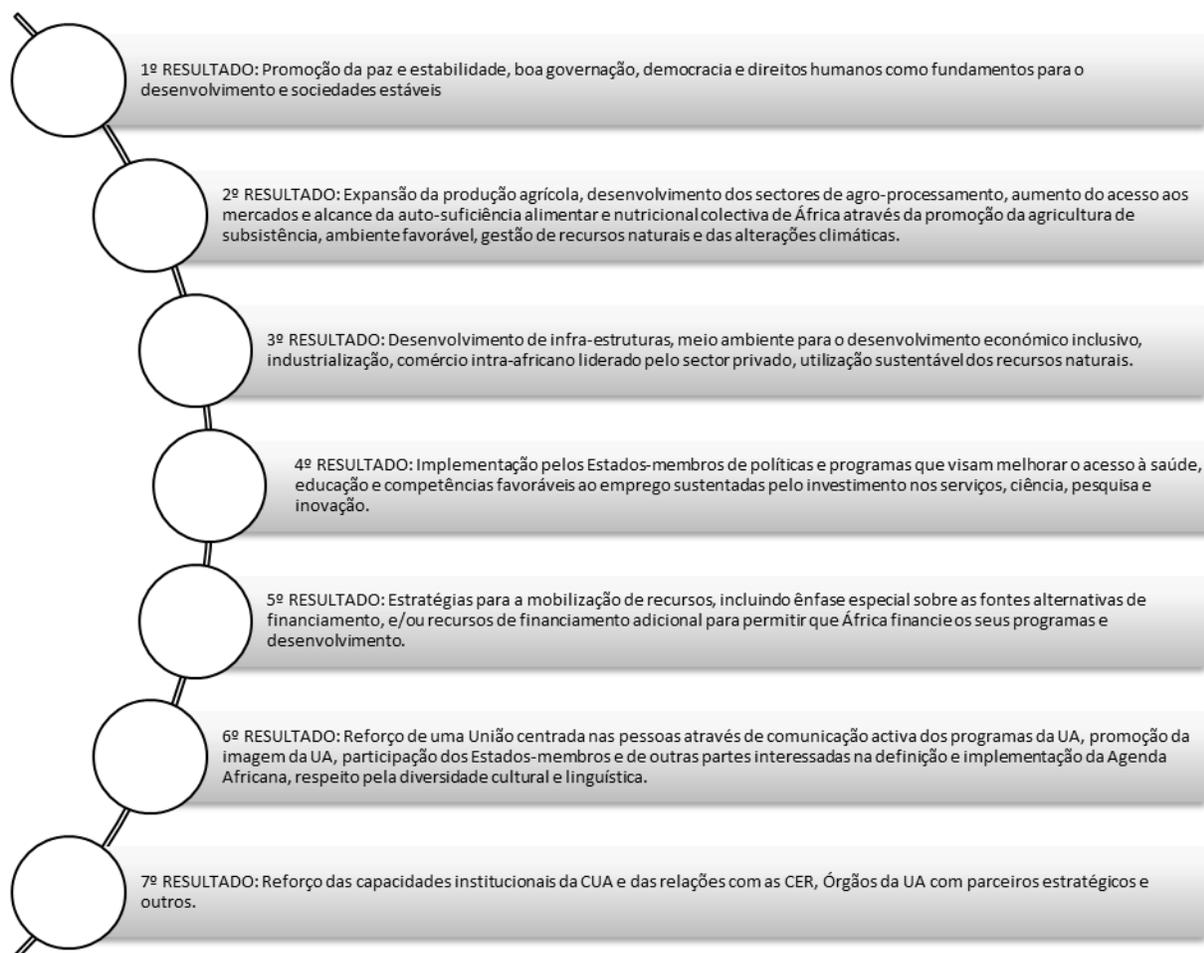
44. Outras reuniões de alto nível, tais como a Cimeira Estados Unidos – Líderes Africanos, realizada em Agosto de 2014, foram facilitadas pela Comissão em colaboração com os Estados-membros.

### **3º Plano Estratégico da Comissão da UA (2014-2017)**

45. O 3º Plano Estratégico da Comissão da UA (2014-2017) permite à Comissão orientar os seus esforços destinados a acelerar os progressos rumo à realização do objectivo de uma África integrada, pacífica e próspera, dentro de um ambiente

democrático e de governação orientada para o desenvolvimento, prestar atenção especial às mulheres e jovens, e trabalhar com os Estados-membros, as Comunidades Económicas Regionais e outras instituições e órgãos continentais.

46. O 3º Plano Estratégico – com o seu enfoque nos resultados – apresenta uma mudança na forma como a Comissão planifica, orçamenta, implementa e monitoriza as suas actividades, com metas anuais que devem ser tomadas em conta a cada ano. O ano de 2014 é o primeiro desta abordagem. Portanto, esta mudança iniciou de forma rigorosa, e está a ser implementada gradualmente na Comissão e centra-se na forma como esta leva a cabo o seu trabalho. O Plano está baseado em sete pilares, com sete resultados (Figura 1), que representam as áreas prioritárias nas quais o continente deve registar progressos mensuráveis durante o período de quatro anos do referido plano.



47. As realizações para cada resultado previsto ao longo dos quatro anos são descritas na Tabela 1:

<b>3º PLANO ESTRATÉGICO DA CUA (2014-2017): RESULTADOS E REALIZAÇÕES</b>
<b>RESULTADO 1: Promoção da paz e estabilidade, boa governação, democracia e direitos humanos como a base para o desenvolvimento e sociedades estáveis.</b>
<b>Realização 1.1</b> Criação de capacidades para a prevenção, gestão, resposta a conflitos e consolidação da paz.
<b>Realização 1.2</b> Facilitação da participação das mulheres, jovens e da sociedade civil na consolidação da paz, prevenção de conflitos e recuperação e desenvolvimento pós-conflitos.
<b>Realização 1.3</b> Melhoria dos mecanismos de reconstrução pós-conflitos e consolidação da paz.
<b>Realização 1.4</b> Promoção da boa governação e da democracia.
<b>Realização 1.5</b> Promoção de instrumentos jurídicos e valores comuns, com base nos instrumentos africanos e universais.
<b>Realização 1.6</b> Melhoria da capacidade de África para coordenar e responder às situações humanitárias e proteger civis nas zonas de conflitos e catástrofes.
<b>RESULTADO 2: Expansão da produção agrícola, desenvolvimento dos sectores de agro-processamento, aumento do acesso aos mercados e alcance da auto-suficiência alimentar e nutricional colectiva de África através da promoção da agricultura de subsistência, ambiente favorável, gestão de recursos naturais e das alterações climáticas.</b>
<b>Realização 2.1</b> Apoio à implementação pelos Estados-membros dos programas prioritários no âmbito do CAADP, incluindo recursos animais como um instrumento para promover a produção e a produtividade agrícolas para a alimentação e nutrição, eliminação da fome e redução da pobreza.
<b>Realização 2.2</b> Facilitação da implementação de programas prioritários sobre o meio ambiente, gestão de recursos naturais e alterações climáticas.
<b>Realização 2.3</b> Apoio aos programas visando a melhoria do agro-negócio, incluindo o acesso aos recursos produtivos e a capacidade das mulheres, dos jovens e das pessoas portadoras de deficiência.
<b>Realização 2.4</b> Promoção do reforço das infra-estruturas para o acesso aos mercados e comércio de produtos agrícolas.
<b>RESULTADO 3: Desenvolvimento de infra-estruturas, meio ambiente para o desenvolvimento económico inclusivo, industrialização, comércio intra-africano liderado pelo sector privado, utilização sustentável dos recursos naturais.</b>
<b>Realização 3.1</b> Melhoria da capacidade de formulação, promoção e implementação de quadros de política favoráveis para o desenvolvimento inclusivo dos Estados-membros.
<b>Realização 3.2</b> Facilitação do Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África.
<b>Realização 3.3</b> Melhoria do acesso aos serviços energéticos modernos pela maioria da população africana.
<b>Realização 3.4</b> Facilitação de políticas e padrões para promover a integração continental.
<b>Realização 3.5</b> Desenvolvimento e promoção de políticas de facilitação de comércio e aduaneira, e facilitação de negociações sobre a ZCLC.
<b>Realização 3.6</b> Elaboração e promoção de políticas para o envolvimento do sector privado e melhoria do clima de negócios.
<b>Realização 3.7</b> Promoção e apoio ao empreendedorismo das mulheres, jovens e pessoas portadoras de deficiência.
<b>Realização 3.8</b> Elaboração e promoção de políticas para a utilização sustentável de recursos minerais e outros recursos.
<b>RESULTADO 4: Implementação pelos Estados-membros de políticas e programas que visam melhorar o acesso à saúde, educação e competências favoráveis ao emprego, sustentadas pelo investimento nos serviços, ciência, pesquisa e inovação.</b>
<b>Realização 4.1</b> Promoção da implementação da Estratégia Africana de Saúde
<b>Realização 4.2</b> Concepção e promoção de estratégias para a educação de qualidade, desenvolvimento de competências e serviços, particularmente para mulheres e jovens.
<b>Realização 4.3</b> Concepção e promoção de políticas e programas estratégicos para o investimento na ciência, pesquisa e inovação com vista à melhoria da concorrência global de África.
<b>Realização 4.4</b> Promoção de um quadro de segurança social e protecção de pessoas vulneráveis.
<b>RESULTADO 5: Desenvolvimento de estratégias para a mobilização de recursos, incluindo ênfase especial em fontes alternativas de financiamento, e/ou recursos de financiamento adicional para permitir que África financie os seus programas e desenvolvimento.</b>
<b>Realização 5.1</b> Alcance do objectivo de uma Comissão e Órgãos financeiramente sustentáveis e viáveis.
<b>Realização 5.2</b> Identificação e aplicação de fontes alternativas de financiamento para África financiar os seus programas de desenvolvimento.
<b>RESULTADO 6: Reforço de uma União centrada nas pessoas, através de comunicação activa dos programas da UA, promoção da imagem da UA, participação dos Estados-membros e de outros intervenientes na definição e implementação da Agenda Africana, respeito pela diversidade cultural e linguística.</b>
<b>Realização 6.1</b> Melhoria da imagem da CUA, alcance da comunicação eficaz e aumento da visibilidade.
<b>Realização 6.2</b> Envolvimento dos intervenientes na Agenda Africana, que reflita a diversidade cultural e linguística, melhoria da participação equitativa das mulheres, jovens e grupos de pessoas vulneráveis.
<b>RESULTADO 7: Reforço das capacidades institucionais da CUA e melhoria das relações com as CER, Órgãos da UA e parceiros estratégicos e outros.</b>
<b>Realização 7.1</b> Reforço das capacidades institucionais da CUA
<b>Realização 7.2</b> Reforço das relações com os Órgãos da UA, CER e parceiros estratégicos.

**RESULTADO 1: PAZ, ESTABILIDADE, BOA GOVERNAÇÃO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS**

**Realização 1.1** Criação de capacidades para a prevenção, gestão, resposta a conflitos e consolidação da paz.

**Realização 1.2** Direitos da mulher, igualdade do género e participação das mulheres, jovens e da sociedade civil na consolidação da paz, prevenção de conflitos e recuperação e desenvolvimento pós-conflitos.

**Realização 1.3** Melhoria dos mecanismos de reconstrução pós-conflitos e consolidação da paz.

**Realização 1.4** Promoção da boa governação e da democracia

**Realização 1.5** Promoção de instrumentos jurídicos e valores comuns baseados em instrumentos africanos e universais.

**Realização 1.6** Melhoria da capacidade de África para coordenar e responder às situações humanitárias e proteger civis em zonas de conflitos e catástrofes

**Introdução**

48. A paz, segurança, estabilidade, direitos humanos e boa governação são condições importantes para o desenvolvimento e coesão social e continuam, portanto, a ser prioridades fundamentais para a União Africana.

49. Há progresso encorajador no que diz respeito à sinergia entre a Arquitectura Africana de Paz e Segurança (AFPS) e a Arquitectura Africana de Governação (AAG), que deve ser consolidada se pretendermos alcançar o objectivo de silenciamento das armas até 2020. Movimento consistente para todas as cinco realizações deve ajudar colectivamente a garantir o avanço em prol de uma África centrada nas pessoas e pacífica.

50. A Comissão está, igualmente, centrada na participação da mulher na implementação de ambas as arquitecturas, incluindo a protecção da mulher, crianças e civis nos conflitos, bem como a promoção e exercício dos seus direitos humanos.

**Realização 1.1 Capacidades para a prevenção, gestão e resposta a conflitos, e consolidação da paz**

51. Houve progresso significativo na operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA) para dotar a UA das ferramentas necessárias para fazer face aos desafios de promoção da paz, segurança e estabilidade no Continente. Foram envidados esforços em relação à Força Africana em Estado de Alerta (FAEA), que deverá estar totalmente operacional em 2015, bem como em relação à Capacidade Africana para Resposta Imediata às Crises (ACIRC), a qual foi concebida como uma medida provisória, enquanto aguarda-se pela plena operacionalização da FAEA.

52. É de realçar o progresso alcançado em alguns países, notavelmente na Tunísia, com a conclusão do processo de transição, e no Madagáscar, com a consolidação dos ganhos alcançados após a restauração da ordem constitucional. Entretanto, apesar destes ganhos a situação geral ainda constitui preocupação em muitas partes do

continente, representando um risco de retrocesso nos progressos alcançados na promoção da paz, segurança e estabilidade. Um ano após a sua eclosão, o conflito no Sudão do Sul continua sem solução, com consequências daí decorrentes para a população civil e o país, bem como para a segurança e estabilidade regional. A Líbia é um outro exemplo de violência e conflitos contínuos. As perspectivas para a resolução rápida desta crise continuam pouco animadoras. Através da criação de um Grupo Internacional de Contacto para a Líbia, que realizou a sua reunião inaugural em Adis Abeba, nos princípios de Dezembro de 2014, a UA está a envidar esforços para melhorar e coordenar a participação a nível internacional visando a cessação das hostilidades e o início de um processo político viável. Embora a situação de segurança na República Centro Africana (RCA) tenha melhorado, há necessidade de redobrar os esforços com vista a acelerar a implementação da transição que deve culminar com a realização de eleições livres, justas e transparentes e mobilizar recursos financeiros que sejam proporcionais às necessidades de reconstrução e desenvolvimento do país.

53. No Mali, não se deve poupar esforços para a rápida conclusão das conversações entre o Governo e os movimentos armados do norte, levados a cabo no âmbito do Processo da Argélia. Na Somália, progressos continuam a ser registados em relação à segurança, recuperação das zonas estratégicas do grupo terrorista Al-Shabaab e ao processo político. No Sudão, a UA continuou a apoiar os esforços que visam fazer face aos conflitos na região de Darfur e nas duas zonas do Sul de Kordofan e Nilo Azul, bem como iniciou um diálogo nacional para fazer face - de forma abrangente - aos vários desafios que o país enfrenta. Na região dos Grandes Lagos, é importante que os signatários do Quadro de Paz, Segurança e Cooperação para a República Democrática do Congo (RDC) e a região envidem esforços para a implementação efectiva deste acordo. Ênfase particular deve ser dada à neutralização de forças negativas, especificamente as Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR), no contexto das decisões relevantes tomadas aos níveis regional, continental e internacional. Além disso, a situação entre a Eritreia e a Etiópia, bem como entre a Eritreia e Djibuti, requerem atenção contínua da UA. Em termos mais gerais, a Comissão, através do Painel de Implementação de Alto Nível da UA, foi mandatada para tomar medidas activas com vista à promoção de uma abordagem regional e abrangente para fazer face aos desafios da paz e segurança no Corno de África. Igualmente importante é a necessidade da UA melhorar a sua participação na procura de uma solução para o actual conflito no Sahara Ocidental, que dura há quatro décadas.

54. A crescente ameaça do terrorismo em África requer esforços contínuos e concertados da UA. A Cimeira do Conselho de Paz e Segurança (CPS), realizada em Nairobi, em Setembro de 2014, adoptou um roteiro detalhado, cuja implementação efectiva irá abordar o flagelo do terrorismo e do Crime Organizado Transnacional.

55. Durante o 50.º Jubileu da OUA/UA, os Estados-membros comprometeram-se em concretizar o objectivo de uma África livre de conflitos até 2020. Para a concretização deste objectivo, todas as partes envolvidas devem redobrar os seus esforços e dedicar-se para a implementação dos instrumentos relevantes da União. Neste contexto, a necessidade de esforços renovados para aprofundar a democracia e promover os direitos humanos e a boa governação como uma ferramenta para a prevenção eficaz

de conflitos não pode ser sobrestimada. Além disso, o continente deve melhorar a sua apropriação dos esforços de paz no continente. Isto requer maior financiamento proveniente de África.

### **Realização 1.2 Direitos da mulher, Igualdade do Género e Participação das mulheres, jovens e da sociedade civil na consolidação da paz e prevenção de conflitos**

56. A Comissão iniciou consultas extensivas com vários intervenientes através do Gabinete do Enviado Especial, com vista a definir uma estratégia e advogar de forma eficaz para a participação activa da mulher nos processos de paz aos diferentes níveis. A Comissão realizou ainda consultas com redes de mulheres e peritos e convocou uma Sessão Aberta do Conselho de Paz e Segurança para formular uma agenda para as mulheres, paz e segurança para o ano de 2015.

#### **Direitos da Mulher e Igualdade do Género**

57. **Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África (SDGEA):** O Relatório Anual sobre a implementação da SDGEA para o ano de 2013 foi apresentado durante a Cimeira de Junho de 2014 em Malabo, Guiné Equatorial, e realçou o progresso alcançado pelos Estados-membros da UA em termos de integração do género as níveis nacional e regional.

58. **Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW):** Durante os preparativos da 58<sup>a</sup> Sessão da CSW, os Ministros Responsáveis pelos Assuntos do Género e da Mulher recomendaram, na Pré-sessão da CSW de África, a inclusão de um sexto (6<sup>o</sup>) pilar sobre “Posição do Género, Empoderamento da Mulher e Direitos da Mulher” na Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Recomendaram igualmente que o género fosse integrado em todos os pilares.

59. Os eventos que constituem marcos foram a Reunião Consultiva dos Ministros Africanos do Género sobre a Agenda 2063 e a viagem de aprendizagem ao Ruanda para os Membros do Parlamento da Região dos Grandes Lagos e do Sahel. A reunião dos Ministros recomendou veementemente a continuação da realização de reuniões conjuntas dos Ministros do Género, Pontos Focais e reuniões da GIMAC, à margem das Cimeiras da UA.

60. Um estudo sobre a mulher no Sector Judiciário em África foi realizado em parceria com a Direcção do PNUD, com vista a criar e documentar a questão da representação do género nas Instituições Judiciárias em África e desenvolver uma resposta continental, a fim de reduzir as disparidades entre homens e mulheres nas instituições judiciárias nacionais, regionais e continentais em África.

#### **Realização 1.3 Reconstrução Pós-conflito e Consolidação da Paz**

61. No âmbito da implementação da Política da UA sobre Reconstrução e Desenvolvimento Pós-conflitos (PCRD) e da Iniciativa Africana de Solidariedade (ASI), foi realizado um workshop de validação do quadro de intervenção da União Africana para a reconstrução pós-conflito da República Centro Africana, o qual apresentou

recomendações sobre: a elaboração de uma nova constituição, o processo eleitoral, a reforma do sector público, bem como a inclusão e gestão da diversidade.

#### **Realização 1.4 Boa governação, direitos humanos e democracia**

62. A Comissão trabalhou com as CER e os Estados-membros para desenvolver um quadro geral para abordar os direitos humanos, a boa governação e a democracia, através do desenvolvimento da estratégia dos direitos humanos para África, reforço das Missões de Observadores dos Direitos Humanos, Desenvolvimento de um Quadro Africano de Política de Justiça Transitória e promoção dos direitos humanos.

63. Em relação à **Estratégia dos Direitos Humanos para África**, a Comissão trabalhou com as CER e os Estados-membros para desenvolver um plano de acção com enfoque na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e que visa o alcance de um consenso sobre como a União Africana pode complementar e melhorar a capacidade dos Estados-membros para implementar elementos mais amplos da justiça social.

64. Em conformidade com as Decisões do Conselho de Paz e Segurança, a Comissão, através das Missões de Observadores dos Direitos Humanos, continua a fazer o acompanhamento das situações dos direitos humanos em certas regiões do Mali e da República Centro Africana.

#### **ELEIÇÕES DURANTE O ANO DE 2014**

65. As Missões de Observação Eleitoral da União Africana (AUEOM) foram enviadas para os seguintes Estados-membros: Argélia, Botswana, Egipto, Guiné-Bissau, Malawi, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe, África do Sul e Tunísia. Dez (10) equipas de observadores a longo prazo foram, igualmente, afectas à Guiné Bissau, Malawi, Moçambique e Tunísia, respectivamente, como parte do esforço da UA de apoiar os processos de transição suave e consolidação democrática.

66. Para melhorar a capacidade dos Órgãos Nacionais de Gestão Eleitoral (EMBs), a Comissão facilitou uma formação em BRIDGE para os EMBs em Burkina Faso, Camarões, Cote d'Ivoire, Madagáscar, Togo e na República Unida da Tanzânia. Foi igualmente realizada uma formação para Missões de Observadores de Longo Prazo (LTOMs) com vista a reforçar a sua capacidade para garantir melhor qualidade e profissionalismo. Além disso, houve uma melhoria gradual nas ferramentas e metodologia de observação eleitoral para garantir a elaboração de relatórios baseada em evidências e melhoria da qualidade dos relatórios das AUEOM em termos gerais.

67. **Seguimento das Recomendações da Missão de Observadores:** Em Novembro de 2012, a Presidente da Comissão da União Africana aprovou a publicação do relatório da AUEOM conforme o preceituado na alínea h) do Parágrafo V1 da Declaração de Durban sobre os Princípios que Regem as Eleições Democráticas. Como resultado, a Comissão concebeu um *Programa para o Seguimento das Recomendações*, para garantir uma interacção mais ampla dos intervenientes nas

eleições nos Estados-membros e apoiá-los na implementação das recomendações dos relatórios da AUEOM.

## REFORMA DO SECTOR PÚBLICO

68. A Comissão iniciou a operacionalização do Comité Técnico Especializado (CTE) da União Africana de Serviços Públicos, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização e estabeleceu os seguintes subcomités: (a) Administração e Serviços Públicos; (b) Subcomité do CTE de Descentralização e Governo Local; e (c) Subcomité do CTE de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Habitats Humanos. Os três subcomités concordaram em desenvolver conjuntamente um plano de trabalho detalhado para o CTE.

69. **Adopção de instrumentos sobre Governo Local e Descentralização e 3ª AMCOD:** A *Carta Africana sobre os Valores e Princípios da Descentralização, Governo Local e Desenvolvimento Local* foi adoptado como um dos instrumentos dos Valores Comuns da União Africana durante a Cimeira de Junho de 2014, realizada em Malabo, Guiné Equatorial. Foram aprovados os documentos necessários em apoio à criação do *Conselho Superior de Autoridades Locais da União Africana (AU-HCLA)* durante a Cimeira de Junho de 2014, realizada em Malabo, Guiné Equatorial. A 3ª reunião da Sessão Ordinária da Conferência Ministerial Africana sobre Descentralização e Desenvolvimento Local (AMCOD) foi realizada em Cotonou, República do Benin, em Agosto de 2014. Os principais resultados incluem o acordo da AMCOD para trabalhar com as outras duas Conferências Ministeriais, para operacionalizar o Comité Técnico Especializada de Serviços Públicos, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização da União Africana.

## ARQUITECTURA AFRICANA DE GOVERNAÇÃO

70. A Comissão realizou actividades de planificação e coordenação conjunta com as CER para reforçar a implementação da Arquitectura Africana Governação. A estratégia de três anos e o plano de trabalho foram desenvolvidos para o período de 2014-2017. Estes centram-se na capacitação dos órgãos e instituições da UA e das CER, a fim de reforçar a governação democrática e garantir uma avaliação eficaz da conformidade, apresentação de relatórios e implementação dos instrumentos dos Valores Comuns da União Africana entre os Estados-membros. A Comissão elaborou orientações para apoiar os Estados-membros a cumprir as suas obrigações de apresentação de relatórios no âmbito da Carta Africana de Democracia, Eleições e Governação. Além disso, está previsto para o primeiro trimestre de 2015 a realização de um workshop de sensibilização com os Estados-membros sobre as suas obrigações de apresentação de relatórios no âmbito da Carta.

71. O Terceiro Diálogo Anual de Alto Nível sobre Democracia, Direitos Humanos e Governação em África: Tendências, Desafios, Perspectivas e Oportunidades, foi realizado em Dacar, Senegal, em Outubro de 2014, subordinado ao tema “Silenciar as Armas – Reforço da Governação para Prevenir, Gerir e Resolver Conflitos em África.” O Diálogo ressaltou que o fim das guerras e o silenciar das armas deve ser uma responsabilidade colectiva dos cidadãos africanos, Estados-membros da UA, União

Africana, Comunidades Económicas Regionais, Organizações da Sociedade Civil, Sector Privado, Organizações de Base Religiosas, Académicos, e comunidade internacional.

72. **Promoção de sinergias entre a Arquitectura Africana de Governação e Arquitectura Africana de Paz e Segurança:** Nos termos da decisão da Conferência sobre a harmonização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança e da Arquitectura Africana de Governação, a Comissão criou um grupo de trabalho intersectorial de prevenção de conflitos para reforçar as sinergias, complementaridades e cooperação entre as duas arquitecturas.

Realização 1.5 **Promoção dos Instrumentos jurídicos e dos valores comuns, com base nos instrumentos africanos e universais**

73. Desde a apresentação do último relatório, em Janeiro de 2014, o ritmo de assinatura, ratificação/adesão diminuiu consideravelmente comparado ao período de apresentação de relatórios anterior. Dezanove (19) novas assinaturas foram anexadas aos tratados em comparação com as cinquenta e uma (51) assinaturas registadas durante o período de apresentação de relatórios anterior, e foram depositados vinte e seis (26) instrumentos de ratificação/adesão em comparação com os trinta e dois (32) recebidos durante o período de apresentação de relatórios anterior. Nesse sentido, a Comissão intensificou os seus esforços para sensibilizar os Estados-membros sobre a importância da ratificação e implementação dos tratados da OUA/UA. Foram igualmente feitos esforços para envolver organizações da sociedade civil e os meios de comunicação social através de um workshop de advocacia (em Dacar) e missões (no Burundi, República Democrática do Congo, Madagáscar e Comores) na mobilização dos Estados-membros para assinar, ratificar e respeitar os tratados da OAU/UA.

74. **Promoção do Constitucionalismo e do Estado de Direito:** O workshop de Reflexão sobre a Expansão da Doutrina da UA relativa às Mudanças Inconstitucionais de Governo e o envolvimento dos intervenientes na promoção e implementação da Carta Africana de Democracia, Eleições e Governação foi realizado em Pretória, África do Sul, em Julho de 2014. O workshop avaliou o estado do constitucionalismo e do Estado de Direito em África e destacou os desafios da consolidação do constitucionalismo e do respeito pelo Estado de Direito, com particular incidência nas mudanças inconstitucionais de governo. Contribuiu igualmente para a elaboração de uma definição abrangente de mudanças inconstitucionais de governo que levarão a um entendimento comum sobre o fenómeno. Isto foi de acordo com a implementação da Decisão da Conferência da UA Assembly/AU/Dec.220(XII), que exige à Comissão a apresentar recomendações concretas sobre as medidas adequadas para evitar as mudanças inconstitucionais de governo, desenvolver capacidades para o mecanismo de alerta prévio, bons ofícios e mediação da UA.

## LUTA CONTRA A IMPUNIDADE

### O Julgamento de Hissene Habré:

75. Foram realizados progressos no que diz respeito aos preparativos para o **juízo** de Hissène Habré. No entanto, o julgamento enfrenta algumas dificuldades no que diz respeito à entrega de duas pessoas acusadas, que se encontram detidas no Chade. O Representante Especial continua engajado com ambos os países para resolver essas dificuldades e acelerar a realização do julgamento. O Representante Especial propôs a criação, a nível ministerial, de um mecanismo de consulta tripartido sobre o caso Hissène Habré entre a UA, Chade e Senegal. Esta proposta foi bem acolhida pelo Chade e Senegal. Portanto, a primeira sessão desse Mecanismo de Consulta será realizada a fim de resolver todas as dificuldades e desafios que possam ter impacto negativo sobre a organização do julgamento de Hissène Habré. A Comissão continuará com as consultas com os Presidentes do Chade e Senegal, respectivamente, de modo a garantir a boa organização do Julgamento de Hissene Habré.

### IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI)

76. Na sequência da Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.493(XXII) para acelerar o processo de expansão da competência do Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos para julgar crimes internacionais no continente, foi adoptado o Protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos pela 23ª Sessão Ordinária da Conferência, realizada em Malabo, Guiné Equatorial, em Junho de 2014. No entanto, até à data, nenhum Estado-membro assinou e ratificou o referido Protocolo. Recorde-se que quinze (15) ratificações são necessárias para a sua entrada em vigor. Portanto, a Comissão reitera o seu apelo à todos os Estados-membros da UA para assinar rapidamente e ratificar o Protocolo.

77. A Comissão está em processo de conclusão da elaboração de um estudo abrangente sobre a conveniência e implicações da busca de pareceres consultivos do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) sobre as imunidades dos Chefes de Estado e de Altos Funcionários dos Estados-membros que não são Parte no Estatuto de Roma do TPI, conforme mandatou a 19ª Sessão Ordinária da Conferência da União, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Julho de 2012 (Decisão Assembly/AU/Dec.419(XIX) sobre o Tribunal Penal Internacional).

78. **Actualização sobre o processo instaurado pelo TPI contra o Presidente do Sudão:** Pela Decisão ICC-02/05-01/09-195, de 9 de Abril de 2014, o Juízo de Instrução II do TPI considerou que a República Democrática do Congo (RDC) não foi capaz de cooperar com o Tribunal por não prender e entregar o Presidente Bashir do Sudão, ao Tribunal durante a sua visita à República Democrática do Congo, a 26 e 27 de Fevereiro de 2014, para participar na Cimeira do COMESA. A Câmara remeteu a questão tanto para o Conselho de Segurança das Nações Unidas e para a Assembleia dos Estados Partes (ASP) do Estatuto de Roma. No momento da finalização do relatório, nenhuma acção foi tomada pela ASP e pelo CSNU com relação à falta de cooperação da RDC com TPI para a detenção e entrega do Presidente Bashir.

79. ***Evolução no que diz respeito aos processos instaurados pelo TPI contra o Presidente e Vice-presidente do Quênia:*** O julgamento do Sr. Uhuru Muguai Kenyatta, Presidente da República do Quênia estava agendado para 7 de Outubro de 2014. No entanto, a 28 de Agosto de 2014, a Câmara de Julgamento V (b) emitiu uma ordem exigindo que o Procurador enviasse uma notificação até ao dia 05 de Setembro de 2014, indicando se tinha ou não previsto que estaria em condição para dar início ao julgamento na data acima mencionada. Na sequência dessa ordem, o Procurador apresentou na mesma data a sua notificação indicando não estar em condições de dar prosseguimento ao julgamento a 7 de Outubro de 2014.

80. O Presidente Kenyatta respeitou à intimação do Tribunal na sua capacidade individual e participou na sessão de auscultação realizada a 8 de Outubro de 2014. Ao fazê-lo, o Presidente Kenyatta foi obrigado a abdicar temporariamente das suas funções como Presidente da República e de Presidente da Cimeira da África Oriental para respeitar a Decisão Judicial para a sua presença. A consequência de não-cumprimento de uma convocação teria levado à emissão de um mandado de captura.

81. Após a sessão de auscultação, a Câmara V (b), emitiu a 3 de Dezembro de 2014, uma decisão que indeferiu o pedido do Procurador para mais um adiamento do processo contra o Presidente Kenyatta, bem como o Pedido da Defesa para encerramento do processo. Em implementação da decisão acima mencionada da Câmara, o Procurador decidiu, a 05 de Dezembro de 2014, retirar as acusações contra o Presidente Uhuru Kenyatta. A Comissão congratulou-se com essa decisão através de um Comunicado emitido a 05 de Dezembro de 2014.

82. ***Resultados da 13ª Assembleia dos Estados Partes (ASP) no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional:*** A 13ª Sessão do ASP teve lugar em Nova Iorque, EUA, em Dezembro de 2014. A 13ª ASP elegeu o Advogado Sidiki Kaba, Ministro da Justiça e Guardião do Selo da República do Senegal, como o primeiro Presidente Africano da ASP para os próximos três (3) anos. De igual modo, a ASP elegeu seis (6) juízes, incluindo um juiz africano Advogado Antoine Kessia-Mbe Mindua da República Democrática do Congo.

83. As propostas de alteração do Estatuto de Roma sobre as questões das ***imunidades*** de Chefes de Estado e de Governo em funções não foram consideradas pela 13ª Sessão da ASP, apesar do pedido feito por alguns Estados Africanos Partes.

## **REFORÇO DA CAPACIDADE JURÍDICA AFRICANA**

84. Em 2014, a Comissão deu início a novas iniciativas a fim de reforçar a capacidade jurídica em toda África. Incluirão o estabelecimento do Programa da UA de Associados Jurídicos, que é considerado como um programa de desenvolvimento das capacidades jurídicas em toda África, para prestar e inculcar conhecimentos jurídicos profissionais a jovens advogados africanos na área do direito da integração africana. Além disso, a Comissão assinou um Memorando de Entendimento com a Faculdade de Direito da Universidade de Loyola para formar funcionários da UA, CER e Estados-membros da UA, para o reforço das suas capacidades de promoção do Estado de Direito.

**Realização 1.6      Reforço da capacidade de África de coordenação e resposta à situações humanitárias e protecção de civis em zonas de conflito e de calamidades**

**ASSUNTOS HUMANITÁRIOS, REFUGIADOS E PESSOAS DESLOCADAS**

85. O Subcomité do Comité de Representantes Permanentes (CRP) para Refugiados efectuou missões de avaliação aos Estados-membros que são mais afectados por situações humanitárias, nomeadamente, RCA, Chade, Uganda e Zimbabwe, bem como aos países afectados por inundações: Burundi e Madagáscar. O objectivo dessas missões foi de monitorizar a situação humanitária nos países e, de igual modo, prestar apoio no espírito da partilha dos encargos.

86. O Simpósio Humanitário Anual da UA foi realizado em Nairobi, Quênia, em Dezembro de 2014. O Simpósio incidiu em questões temáticas que a União Africana deve criar no desenvolvimento da Agenda Comum Africana, em preparação para a Cimeira Mundial Humanitária de 2016. Estas incluem questões de financiamento humanitário, parcerias humanitárias e criação de uma Base de Dados Africana como primeiros intervenientes em situação de crise humanitária e calamidades em África.

87. Sobre a questão da cidadania e *Prevenção da Apatridia em África*, a Comissão e a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) concluíram um estudo que foi adoptado pela CADHP durante a sua última sessão. O objectivo é apresentar uma base para a elaboração de uma política da UA sobre apatridia como uma medida preventiva. Esse estudo está em fase de validação por parte de peritos independentes e órgãos competentes da UA.

88. Sobre a questão das calamidades, a Comissão realizou duas reuniões para rever os sistemas de alerta prévio em África. Os referidos sistemas existem a nível nacional, mas não a nível continental, tornando assim difícil para a UA disponibilizar recursos continentais que sejam oportunos e eficazes para evitar o sofrimento humano. A Comissão deve considerar formas de estabelecer um centro deste tipo em África. Em relação à resposta rápida a calamidades no continente, apesar de existir a prontidão rápida existe a nível nacional, não há nenhuma a nível continental. Assim, a Comissão está a elaborar uma forma de criar uma unidade rápida de resposta a calamidades.

89. Foi realizada uma reunião para conceptualizar uma agenda africana sobre a facilitação da livre circulação de pessoas em África, em Dezembro de 2014, com o objectivo de rever as conclusões do estudo sobre a livre circulação de pessoas em todas as cinco regiões da UA, para determinar o mínimo denominador comum que pode ser a base para um quadro continental. Essas questões comuns serão utilizadas no próximo ano para elaborar uma política em todo o continente em matéria de livre circulação de pessoas.

**RESULTADO 2: EXPANSÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, DESENVOLVIMENTO DOS SECTORES DE AGRO PROCESSAMENTO, AUMENTO DO ACESSO AO MERCADO E ALCANCE DA AUTO-SUFICIÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COLECTIVA DE ÁFRICA ATRAVÉS DA PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE PEQUENA ESCALA, BOA GESTÃO DO AMBIENTE, DOS RECURSOS NATURAIS E DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.**

**Realização 2.1 Apoio à implementação por parte dos Estados-membros de programas prioritários do CAADP, incluindo recursos animais, como instrumentos para a impulsionar a produção e produtividade agrícola para alimentação e nutrição, eliminação da fome e redução da pobreza.**

**Realização 2.2 Facilitação da implementação de programas prioritários sobre a gestão do meio ambiente, recursos naturais e alterações climáticas.**

**Realização 2.3 Apoio aos programas para o aprimoramento do agro-negócio, incluindo o acesso aos recursos produtivos e capacidade da mulher, juventude e pessoas com deficiência.**

**Realização 2.4 Promoção do reforço das infra-estruturas para o acesso ao mercado e comércio de produtos agrícolas.**

### **Introdução: 2014 Ano da Agricultura e Segurança Alimentar**

90. São vários os desafios que África enfrenta actualmente na área da agricultura e desenvolvimento rural, sendo os principais o baixo nível da produtividade do sector agrícola (culturas, pecuária, pesca e aquacultura, silvicultura), na qual a maioria das pessoas dependem para a sua subsistência, daí o elevado nível de vulnerabilidade de um número significativo de pessoas ao ciclo vicioso da pobreza e ao risco de fome e desnutrição. De acordo com estimativas recentes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), cerca de uma em cada quatro pessoas em África continua subnutrida, apesar dos progressos modestos registados nos últimos anos. Esse elevado nível de prevalência de desnutrição é o maior entre todas as regiões do mundo. A dependência de África da importação de alimentos e da agricultura de fontes extra-africanos está estimada entre 87% e 90%, deixando África com uma factura de importação média de 69,5 mil milhões de dólares americanos durante o período de 2010-2012, que aumenta 15% ao ano, um aumento mais rápido do que o comércio intra-africano de 12%, tendo atingido 78 mil milhões em 2012. Isto acontece apesar da abundante dotação em recursos adequados inexplorados (por exemplo, terra e água) para a agricultura.

91. É por estas razões que 2014 foi declarado o Ano da Agricultura e Segurança Alimentar em África, que marcou o 10º aniversário do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) – subordinado ao tema: “Transformação da Agricultura de África para a Prosperidade Partilhada e Melhoria dos Meios de Subsistência, através do Aproveitamento das Oportunidades para o Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável”. O Ano serviu como uma

importante plataforma para analisar os progressos alcançados em termos da visão do CAADP, tirar lições e experiências de uma década de implementação do CAADP, e traçar uma agenda, uma estratégia e um plano de acção para a sua concretização, na próxima década. Este foi orientado pelo Plano Estratégico da Comissão para o período 2014-17, que prioriza a expansão da produção agrícola de África, o desenvolvimento dos sectores de agro-processamento e de negócios, aumento do acesso ao mercado e alcance da auto-suficiência alimentar e segurança nutricional colectiva de África, através da promoção da agricultura familiar e boa gestão do ambiente, das alterações climáticas e dos recursos naturais.

92. Na sequência do lançamento formal do Ano pela UA, durante a Cimeira de Janeiro de 2014, foram realizadas consultas e diálogos alargados e inclusivos com base numa análise rigorosa da situação e das tendências, envolvendo os Estados-membros, as CER, as Organizações da Sociedade Civil (OSC), as organizações de agricultores, o sector privado, grupos de mulheres, grupos de jovens, instituições de conhecimento e parceiros de desenvolvimento, sobre o que deve constituir a visão e objectivo da agenda de desenvolvimento agrícola de África na próxima década. As consultas alargadas levaram a um compromisso renovado com o CAADP, que continuará a ser o quadro para o desenvolvimento agrícola de África. Os resultados foram validados pela Conferência Conjunta dos Ministros da Agricultura, Pecuária, Pescas e Desenvolvimento Rural, que se reuniu em Adis Abeba, Etiópia, em Maio de 2014.

93. A “Declaração de Malabo sobre a Aceleração do Crescimento Agrícola e Transformação para a Prosperidade Partilhada e Melhoria dos Meios de Subsistência” de Junho de 2014 [(Assembly/AU/Decl.1(XXIII)] contém disposições sobre os compromissos para o alcance de progressos até ao ano de 2025, no que se refere às metas específicas e mensuráveis. Os líderes africanos comprometeram-se não só com a concretização dessas metas, como também com a Responsabilização Mútua para com Acções e Resultados, através da institucionalização de um sistema e prática da monitorização e acompanhamento regular dos progressos, bem como apresentação de relatórios bienais à Conferência pela Comissão, relativos aos resultados iniciais alcançados a partir de 2017. A Comissão e a Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA) formularam o projecto da Estratégia de Implementação e Roteiro para o alcance da Declaração de Malabo de 2014. A Estratégia e o Roteiro foram apresentados ao Conselho Executivo para sua apreciação durante a Cimeira de Janeiro de 2015.

94. O Quadro de Resultados do CAADP, concebido para facilitar e agilizar a implementação e acompanhamento dos progressos rumo ao alcance da visão do CAADP até 2025, foi igualmente aprovado durante a Cimeira de Malabo. O Quadro de Resultados do CAADP serve como uma ferramenta para melhorar a planificação com base em evidências, monitorização e aprendizagem pelos Estados-membros na busca do crescimento económico e desenvolvimento inclusivos liderados pela agricultura.

**Realização 2.1 Apoio à implementação, por parte dos Estados-membros, de programas prioritários do CAADP, incluindo recursos animais, como instrumentos para a impulsionar a produção e produtividade agrícola para alimentação e nutrição, eliminação da fome e redução da pobreza**

95. A implementação do CAADP ganhou ímpeto. Até à data, quarenta (40) Estados-membros aderiram formalmente ao CAADP como um quadro para os orientar, melhorando as suas respectivas políticas e estratégias agrícolas, dos quais trinta e dois (32) desenvolveram e estão a operacionalizar os seus respectivos Planos Nacionais de Investimento na Agricultura e Segurança Alimentar. Vários destes países realizaram Análises Conjuntas do Sector em 2014 para permitir uma melhor implementação dos referidos planos. Além disso, três CER (CEDEAO, COMESA e IGAD) prepararam pactos do CAADP regionais e planos regionais de investimento na agricultura, que estão em fase de implementação. De igual modo, os Estados-membros estão a aumentar as suas dotações orçamentais para o desenvolvimento agrícola, visto que os investimentos públicos na agricultura em África aumentaram a uma média de 7,4% por ano durante a última década. Em termos de desempenho do crescimento, dezassete (17) Estados-membros alcançaram ou ultrapassaram a meta média de crescimento anual do PIB agrícola de 6%. Evidências indicam que esse desempenho do sector agrícola contribuiu para as taxas encorajadoras de crescimento económico que muitos países africanos registaram durante a última década.

**Realização 2.2: Facilitada a implementação de programas prioritários sobre o meio ambiente, gestão de recursos naturais e mudanças climáticas.**

96. Resultados animadores foram alcançados para a abordagem de forma abrangente dos desafios assustadores da degradação de recursos naturais, agravados pelas alterações climáticas, desertificação e erosão de recursos biológicos de África. Para o efeito, a Comissão, em colaboração com os Estados-membros, continua a destacar estas preocupações usando todas as oportunidades disponíveis, nomeadamente através do Dia do Ambiente de África e de Wangari Maathai, a Semana da Água de África, a Semana de Terras Secas de África e outros eventos de sensibilização ambiental sobre os desafios que o continente enfrenta.

97. O Comité de Chefes de Estado e de Governo para Alterações Climáticas (CAHOSCC) continua a orientar o engajamento dos Estados-membros e da Comissão em torno de questões relativas às alterações climáticas, a fim de assegurar que os interesses e as prioridades (posição comum) de África são apresentados numa só voz, à semelhança do que aconteceu na recente COP20, realizada em Lima, Peru, em Dezembro de 2014.

98. Juntamente com os Estados-membros e as CER, a Comissão foi capaz de explorar as tecnologias de observação da Terra e de satélites para responder a necessidade de dados e informação seguras, pontuais e precisas sobre terras, meio marinho e o clima, visando apoiar a tomada de decisões aos níveis nacional e regional.

99. Para garantir o futuro dos Planaltos de Fouta Djallon, que constituem uma bacia hidrográfica vital e fonte de muitos dos rios da África Ocidental, a Comissão realizou consultas com a Comissão da CEDEAO em torno das modalidades de transferência da gestão do Programa Integrado de Fouta Djallon para este último.

100. No domínio da **Água e Saneamento**, a Comissão continua a fazer progressos significativos na implementação dos compromissos de Sharm el-Sheikh, com vista a acelerar o alcance de metas nos domínios da água e saneamento em África. O Relatório do Sector de Água e Saneamento em África 2014, demonstra o sucesso dos esforços em curso destinados a reforçar e institucionalizar o Sistema Africano de Avaliação e Acompanhamento da Água e Saneamento, que servirão como base para a realização de intervenções orientadas para a acção e baseadas em evidências, para a actualização da Visão Africana da Água até 2025. A primeira dessas iniciativas é a implementação da Decisão Assembly [(AU/DEC.516 (XXII))] para o qual foi compilado o Plano de Acção de Kigali, com base na Avaliação Nacional das Necessidades de dez (10) Estados-membros seleccionados para rectificar as irregularidades no serviço de abastecimento de água; e de higiene e saneamento - particularmente a nível do agregado familiar rural - para um número adicional de 5 milhões de pessoas em África. Além disso, estão em curso actividades destinadas a mobilizar um valor mínimo de 50 milhões de Euros, para catalisar a implementação do Plano de Acção.

101. Como parte dos preparativos para o **quadro global para a redução dos riscos de catástrofes pós-2015**, a Comissão, em colaboração com o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes, tem vindo a liderar o desenvolvimento de contribuições da África, que formarão parte da estratégia global, a ser adoptada em 2015. Para este efeito, a Declaração da Reunião de Alto Nível sobre a Redução dos Riscos de Catástrofes, realizada em Maio de 2014, em Abuja, Nigéria, recomendou a Contribuição da África para o Quadro pós-2015 de Redução dos Riscos de Catástrofes, que é submetido à consideração dos órgãos deliberativos da UA, durante a Cimeira de Janeiro de 2015.

102. **Para melhorar os serviços de meteorologia, clima e tempo em África**, foi concluído um projecto de Plano de Acção para a implementação da Estratégia Africana Integrada de Meteorologia, em conformidade com a Decisão do Conselho Executivo de Janeiro de 2013 sobre Meteorologia. O projecto foi aprovado pela Mesa (Bureau) da Conferência Ministerial Africana sobre Meteorologia (AMCOMET), em preparação para a 3.ª Sessão da AMCOMET que estava programada para ter lugar em Outubro de 2014, mas que foi adiada para Fevereiro de 2015.

### **Agência Africana de Capacidade de Risco (ARC)**

103. A Agência Africana de Capacidade de Risco (ARC) foi concebida para melhorar a capacidade dos Estados-membros da UA para gerir os riscos de catástrofes naturais, adaptar-se às alterações climáticas e proteger populações em situações de insegurança alimentar. Para esse efeito, a ARC oferece seguros contra danos causados por fenómenos meteorológicos aos governos envolvidos, através das suas filiais comerciais, a Companhia de Seguros ARC Limitada (ARC Ltd). Esta entidade financeira de raiz africana utiliza a África Risk View, um aplicativo e sistema de

vigilância meteorológico avançado por satélite, para calcular e aceder facilmente a fundos disponíveis para os países africanos atingidos por eventos climáticos severos.

**104.** A ARC é uma solução africana para um dos desafios mais prementes do continente, que transfere o ónus do risco climático dos governos - e dos agricultores e pastores que eles protegem - para a ARC, que tem a melhor capacidade de lidar com esses riscos. Em conformidade com uma decisão da Cimeira da União Africana (Assembly/AU/Dec.417(XIX)), de Julho de 2012, 41 países participaram na Conferência de Plenipotenciários da ARC em Pretória, África do Sul. Após a assinatura do Tratado por 18 Estados-membros da UA, a ARC foi instituída como uma agência especializada da União Africana, em Novembro de 2012. Desde então, sete outros Estados-membros assinaram o Tratado.

**Realização 2.3: Apoio aos programas para o reforço do agronegócio, incluindo o acesso a recursos produtivos e a capacidade das mulheres, jovens e pessoas portadoras de deficiência.**

**105. *Promoção de investimentos do sector privado na agricultura:*** Através de iniciativas como a "Nova Aliança para Segurança alimentar e Nutrição", que foi estabelecida na Cimeira do G8 em 2012, e a Parceria "Prosperidade África", criada em 2011, em colaboração com o Fórum Económico Mundial, condições favoráveis são criadas para apoiar o sector privado africano, bem como os governos dos Estados-membros, para estabelecer parcerias público-privadas credíveis para investimentos na agricultura e cadeias de valor agrícola. A Comissão está a trabalhar com os Estados-membros para assegurar a consolidação do progresso e obter assim mais ganhos.

**106. *No que diz respeito à política de terras,*** através da Declaração da UA sobre Terras, adoptada em 2009, a Comissão formulou "Princípios Orientadores sobre Investimentos baseados em terras em grande escala em África", que foram posteriormente aprovados pela Conferência Ministerial Conjunta da UA sobre Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pescas e Aquicultura, que teve lugar em Maio de 2014, em Adis Abeba, Etiópia. Uma proposta relativa ao estabelecimento de um quadro institucional adequado, mecanismo de acompanhamento e produção de relatórios sobre os progressos e o Fundo Africano para a política de terras, foi desenvolvido e está actualmente a ser examinado pela CUA, ECA e BAD.

**107.** A Comissão, sob a égide da Iniciativa Conjunta em matéria de política de terras, trabalhou estreitamente com as CER (COMESA, EAC, CEEAC, CEDEAO, IGAD e SADC), o Parlamento Pan-Africano e NPCA, para a preparação de programas comuns de políticas de terra, com vista a desenvolver plataformas regionais e continentais que lhes permita cumprir os seus respectivos mandatos, em conformidade com a Declaração da UA sobre Terras. Apoiada pela Iniciativa de Política de Terras (LPI), foi criada uma Plataforma da Sociedade Civil e desenvolvido um Plano de Acção para Terras, com as Organizações Pan-Africanas de Agricultores (PAFO), com vista a garantir a contribuição e o apoio da sociedade civil e dos agricultores para a implementação da Declaração da UA sobre Terras. A Comissão organizou a Conferência inaugural sobre Política Agrária em África, em Novembro de 2014, na Sede da UA em Adis Abeba, sob o tema "a próxima década da política de terras em África: assegurar o desenvolvimento agrícola e o crescimento inclusivo".

**Realização 2.4: Promovido o fortalecimento de infra-estruturas para acesso ao mercado e ao comércio de produtos agrícolas.**

108. Foram registados progressos na implementação de programas específicos da União Africana relacionados com o aumento da produtividade e a facilitação do comércio de bens e serviços agrícolas. A Comissão continua a colaborar com parceiros técnicos e de desenvolvimento, com vista a assegurar que as decisões adoptadas pelos órgãos deliberativos da UA são implementadas nas áreas de insumos agrícolas, sementes e fertilizantes, bem como as iniciativas em matéria de saúde animal e das plantas.

109. **Quanto ao desenvolvimento do sector de sementes**, a Comissão, através do Programa Africano de Sementes e Biotecnologia (ASBP), continua a colaborar com o Fórum para o Ensaio de Sementes Africanas (FAST), para o reforço de capacidade dos Estados-membros no ensaio de sementes, e com a Sementes de África (antiga Rede de Sementes de África) para uma melhor governação do sector. Relativamente aos fertilizantes, a Comissão continua a liderar os esforços em conjunto com o Banco Africano de Desenvolvimento na mobilização dos recursos necessários para a operacionalização do Mecanismo Africano de Financiamento de Fertilizantes (AFFM), que foi criado para operacionalizar a Declaração de Abuja sobre Fertilizantes. Com esses esforços, para além da República Federal da Nigéria, que antes tinha feito contribuições financeiras, o Governo do Chade comprometeu-se a contribuir com 1 milhão de \$EU para o Fundo, reduzindo assim o défice de financiamento para 3 milhões de \$EU.

110. **No concernente a segurança alimentar**, através da Parceria para o Controlo da Aflatoxina em África (PACA), um programa pioneiro do CAADP, a Comissão está a prestar apoio aos Estados-membros para a abordagem dos desafios da saúde, segurança alimentar e nutricional, e os desafios do desenvolvimento, devido à contaminação por aflatoxinas de produtos agrícolas. Através do PACA, a Comissão foi capaz de apoiar as CER (por exemplo, a CEDEAO e COMESA) na identificação das prioridades regionais e o desenvolvimento de um plano de acção regional para enfrentar o desafio da aflatoxina. Isto é complementado com o lançamento das actividades a nível das bases para o controlo da aflatoxina em países-pilotos. O Sistema Africano de Informação da Gestão da Aflatoxina (AfricaAIMS) foi criado para promover a troca de experiências e disponibilidade de informação harmonizada e produzida localmente.

111. **No que concerne o desenvolvimento de recursos animais**, as intervenções incidiram principalmente em: (a) sistemas de sanidade animal, sistema de prevenção e controlo de doenças, (b) sistemas de produção de recursos animais e gestão de ecossistemas, (c) acesso a insumos, serviços e mercados de animais e produtos de origem animal; e (d) gestão de informação e conhecimento de recursos animais.

112. Através de intervenções nos domínios da saúde animal, sistemas de prevenção e controlo de doenças, a Comissão coordenou e facilitou a formulação e implementação da Estratégia Regional para o Controlo da Peste Suína Africana, e do Quadro Estratégico para o Controlo Progressivo de Doenças Animais Negligenciadas. Por outro lado, a Comissão continuou a prestar todo o apoio necessário aos Estados-

membros, através da certificação do Controlo de Qualidade de Vacinas Veterinárias fornecidas pelos seus laboratórios produtores de vacinas. Estes são apoiados com acções de formação de técnicos dos Estados-membros.

113. A intervenção nos sistemas de produção de recursos animais e a gestão de ecossistemas permitiu que a Comissão avaliasse e fizesse um levantamento dos recursos genéticos animais e de políticas e regulamentos relacionados com o gado, o que contribuirá assim para o estabelecimento de acordos-quadro de cooperação e estratégicos regionais e continentais para assegurar uma utilização, gestão e conservação judiciousa dos recursos animais de África e dos seus ecossistemas. Outrossim, o Quadro de Política e Estratégia de Reformas para o sector das Pescas e Aquicultura em África, foi desenvolvido e aprovado ulteriormente pela Conferência Conjunta dos Ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pescas e Aquicultura, realizada em Maio de 2014, em Adis Abeba, Etiópia.

114. Os esforços da Comissão na coordenação da erradicação da mosca Tsé-tsé e da Tripanossomíase (T&T) continuaram a incidir na orientação política, orientação estratégica e apoio técnico directo aos Estados-membros afectados pela T&T e na mobilização de recursos para a implementação das intervenções na T&T. As actividades de Monitorização e Avaliação constituíram a base para a monitorização do progresso da implementação da Campanha Pan-africana para a Erradicação da Mosca Tsé-tsé e da Tripanossomíase (PATTEC). Em colaboração com parceiros-chave, intervenções foram feitas em alguns países para enfrentar este flagelo, tendo sido realizadas acções de formação no âmbito do reforço de capacidades para reduzir o ónus que representa o desafio da T&T no Gabão, Etiópia, Gana, Quênia, Malawi, Moçambique, Nigéria, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia, e Zimbabwe.

115. A Comissão, através de uma iniciativa da União Africana sobre o acesso a insumos, serviços e mercados para os produtos animais e de origem animal, tem vindo a desenvolver um projecto de quadro para acompanhar o desempenho de investimentos no sector da pecuária. Além disso, para facilitar o comércio de animais e produtos animais, a Comissão apoiou a coordenação e harmonização da gestão de doenças animais transfronteiriças através do reforço de capacidade dos Estados-Membros (isto é, através do desenvolvimento de directrizes e procedimentos regionais sobre a identificação e rastreabilidade do gado e certificação de sanidade animal).

116. A Comissão tem vindo a coordenar a formulação da Estratégia de Desenvolvimento Pecuário que visa acelerar as reformas no sector e a concretização de todo o seu potencial, através de uma análise profunda, um processo de consultas e validação intensivo e inclusivo dos intervenientes. O projecto de Estratégia foi submetido à apreciação do Conselho Executivo durante a Cimeira de Janeiro de 2015.

**RESULTADO 3: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO INCLUSIVO E INDUSTRIALIZAÇÃO IMPULSIONADOS PELA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA**

**Realização 3.1** Formulação e promoção de quadros de políticas favoráveis ao desenvolvimento inclusivo e Reforçada a capacidade de implementação dos EM.

**Realização 3.2** Facilitação do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África

**Realização 3.3** Melhoria do Acesso aos serviços de energia modernos para a maioria das populações africanas

**Realização 3.4** Facilitação de políticas e padrões destinados a promover a integração continental

**Realização 3.5** Desenvolvimento de políticas de facilitação comercial e alfandegária e facilitadas negociações da ZCLC

**Realização 3.6** Desenvolvimento e promoção de políticas de engajamento do sector privado e um melhor clima de negócios

**Realização 3.7** Promoção do espírito de empreendedorismo de mulheres, jovens e pessoas portadoras de deficiência

**Realização 3.8** Desenvolvimento e promoção de políticas de utilização de mineiros e outros recursos

**Realização 3.1** **Formulação, promoção e implementação de Políticas favoráveis ao desenvolvimento inclusivo e reforço da capacidade de Implementação dos Estados-membros**

117. **Agenda de Desenvolvimento pos-2015:** A Posição Comum Africana (CAP) sobre a Agenda de Desenvolvimento pos-2015 foi adoptada pela Cimeira de Janeiro de 2014, que solicita o Comité de Alto Nível (HLC) a elevar a Paz e Segurança como um único pilar e assegurar que as prioridades de África são integradas no trabalho da Equipa de Trabalho da ONU (OWG) e no Grupo de Peritos sobre Financiamento das Metas de Desenvolvimento Sustentável (SDGs). A Comissão tem estado engajada na popularização da CAP no seio dos Estados-membros e harmonizando as suas posições nos preparativos para as Negociações previstas a ter lugar em 2015.

**Realização 3.2** **Facilitação do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA)**

118. Em 2014, registaram-se progressos significativos nos domínios do reforço de capacidade, PIDA, Transportes, Turismo e TIC.

119. No que diz respeito ao reforço da capacidade humana, a Comissão tomou medidas para capacitar a CUA, a NPCA e as CER em matéria de planificação,

facilitação e coordenação de programas e projectos de infra-estruturas regionais, em particular o Plano de Acção Prioritário do PIDA (PAP do PIDA), que foi apoiado por um programa de reforço de capacidade de três anos, perfazendo um valor total de 16 milhões de \$EU desembolsados pelo Banco Africano de Desenvolvimento e o Governo da Alemanha através da GIZ. Por outro lado, a Comissão e a NPCA criaram um Mecanismo de prestação de Serviços do PIDA com o objectivo de ultrapassar a lacuna em termos de capacidade, nas primeiras etapas de preparação do projecto.

120. A Comissão envolveu as CER com o objectivo de reestruturar os projectos previstos no PAP do PIDA, identificar instrumentos institucionais e promover o PAP do PIDA, em colaboração com o BAD e NPCA. Na Conferência de Financiamento de Dacar em Junho de 2014, tinham sido apresentados 16 projectos de alta prioridade para adopção na Agenda para acção e financiamento. A Arquitectura Institucional para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (IAIDA) está a ser implementado. O Sistema de Monitoramento, Avaliação e Prestação de Relatórios do PIDA (PIDA & M&A), que abarca o mapeamento e definição do papel de todos os intervenientes, foi adoptado.

### **Desenvolvimento do Transporte e do Turismo**

121. A Comissão desenvolveu um projecto de três anos de reforço e consolidação da gestão do sector dos transportes no continente. O projecto visa reforçar a capacidade de África para regular, organizar, promover e financiar melhores infra-estruturas e serviços de transporte inter-regionais e continentais, através da interconexão entre regiões, mediante a promoção de corredores seguros de transportes transfronteiriços e políticas de transportes harmonizadas.

122. Estão em curso consultas de Alto Nível com o governo da República Popular da China, em torno da cooperação no desenvolvimento de sistemas de auto-estradas, caminhos-de-ferro e aviação trans-africanos. A Comissão continua a acordar alta prioridade ao desenvolvimento de redes de transportes na sua visão estratégica de curto, médio e longo prazo.

### **Transporte Ferroviário**

123. A 3.<sup>a</sup> Sessão da Conferência dos Ministros dos Transportes tida lugar em Abril de 2014, em Malabo, Guiné Equatorial, adoptou a Visão 2040 para o Desenvolvimento Ferroviário em África. A Visão sublinha a importância dos caminhos-de-ferro como a espinha dorsal de qualquer rede de transporte credível e descreve as estratégias para a revitalização do transporte ferroviário em África.

124. Além disso, a Comissão lançou a Iniciativa de Comboio de Alta Velocidade (HSTI) com o objectivo de criar e executar planos para a construção de rotas ferroviárias de alta velocidade em toda a África. Para esse efeito, ela iniciou consultas sobre todas as questões-chaves para a sustentabilidade da iniciativa, incluindo o quadro jurídico e institucional adequado, a mobilização de recursos financeiros e investimentos, o desenvolvimento de tecnologia e de capacidades de manufacturação, a pesquisa e desenvolvimento assim como a formação e educação.

## **Transporte Aéreo**

125. Desde a adopção da Decisão de Yamoussoukro sobre a Liberalização dos Mercados de Transporte Aéreo em África pelos Chefes de Estado e de Governo em Julho de 2000, em Lomé, Togo, a mesma não foi adoptada, e os países africanos continuam a conceder entre eles direitos de tráfego numa base bilateral. Para a acelerar a implementação da Decisão e avançar em direcção ao estabelecimento de um Mercado Comum Africano de Transportes Aéreos até 2017, a Comissão levou a cabo consultas com intervenientes-chave, incluindo companhias africanas, autoridades aeronáuticas e outras, com vista a assegurar o apoio substancial para a iniciativa.

126. Um estudo encomendado pela IATA identificou benefícios económicos significativos da liberalização dos serviços aéreos em África. Neste caso, determinou-se que a liberalização entre apenas 12 países (Argélia, Egipto, Tunísia, Etiópia, Quênia, Uganda, Angola, Namíbia, África do Sul, Gana, Nigéria e Senegal) poderia gerar 155.100 mil postos de trabalho no sector da aviação, turismo e na vasta economia, e contribuiria com 1,3 mil milhões de \$EU para o PIB anual – ou seja, cerca de 0.07% do PIB dos 12 países. A liberalização e unificação dos seus mercados de transporte aéreo afiguram-se como um interesse de longo prazo dos países africanos. Hoje, vinte e quatro (24) países africanos têm acordos de “liberalização do espaço aéreo” com países estrangeiros, enquanto não existem acordos do género entre países africanos. A desvantagem da não liberalização dos mercados aéreos africanos traduz-se na contínua marginalização das companhias aéreas africanas tanto nos mercados globais como nos africanos.

127. Subsequentemente, os Ministros do sector, em Dezembro de 2014, adoptaram o seguinte documento: Regras de Concorrência, Mecanismos de Resolução de Diferendos, Regulamento de Protecção do Consumidor, e Poderes Normativos e Repressivos da Agência de Execução, que será submetido à Cimeira de Janeiro de 2015, para facilitar a implementação da Decisão de Yamoussoukro.

## **Transporte Marítimo**

128. A Comissão deu início a um projecto de reforço de capacidade das administrações e portos marítimos nacionais e regionais nos domínios da protecção e segurança marítimas, protecção do ambiente marinho e a melhoria da eficiência portuária, em colaboração com as CER, instituições especializadas e Estados-membros. Trata-se de áreas prioritárias da Carta Africana dos Transportes Marítimos revista. O projecto, patrocinado pela UE, já iniciou nas regiões da África Ocidental e Central, e mais tarde será levado para o resto do continente.

## **Turismo:**

129. A Comissão concebeu uma estratégia para o desenvolvimento do sector do turismo em África, no âmbito da Agenda 2063. Na sequência da reunião de um Grupo de Trabalho dos Ministros Africanos responsáveis pelo Turismo, realizada nas Seychelles, em Março de 2014, o Conselho Executivo, em Junho de 2014, adoptou a recomendação de que o principal objectivo do turismo, nos termos da Agenda 2063

seria: **a África será o destino turístico mais preferido mundialmente.** Para o alcance desta meta, foram definidas algumas acções estratégicas específicas, incluindo: (i) harmonização das políticas e regulamentos de turismo; (ii) reforço de capacidade institucional; (iii) melhoria do marketing em matéria de turismo, incluindo a promoção de pacotes turísticos transfronteiras; (iv) investigação e desenvolvimento; (v) investimento em infra-estruturas e produtos turísticos.

### **Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)**

130. Com base na implementação das metas do Plano Estratégico referente a 2014-2017 e das decisões dos Órgãos de Política, a Comissão alcançou o seguinte: (i) Desenvolvimento do Plano de Acção para a sustentabilidade da Rede electrónica Pan-Africana para Telemedicina e Teleducação conforme solicitado pela Cimeira de Janeiro de 2014; (ii) Assinatura do acordo com a Corporação de Internet para Nomes e Números Atribuídos (ICANN) para a acreditação da DotAfrica, e o lançamento do projecto dentro do quadro do 50º Jubileu da OAU/UA; (iii) coordenação bem-sucedida da adopção da Convenção da UA sobre a Segurança Cibernética pela Cimeira da UA de Junho de 2014; (iv) Progresso na elaboração de pontos de intercâmbio nacional e regional de internet dentro do quadro dos Sistemas Africano de Ponto de Intercâmbio de Internet (AXIS); e (v) Validação do relatório concluído sobre as directrizes a respeito dos endereços e códigos postal.

### **Realização 3.3      Reforço do Acesso aos serviços energéticos modernos para a maioria da população africana**

131. A Comissão adoptou diversas estratégias e medidas, incluindo: a aceleração do desenvolvimento de energias renováveis e de outras fontes; a facilitação da geração de energia limpa a nível regional e continental e os projectos de transmissão; e o desenvolvimento de directrizes no domínio de energias renováveis (Geotérmica, Hidro, solar, bioenergias e vento) que visa contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do continente).

**132. Programa Geotérmico da Região da África Oriental:** O objectivo geral da Estrutura de Mitigação de Risco Geotérmico (GRMF) é o de encorajar os promotores de desenvolvimento do sector público e privado através da disponibilização de doações parciais para fins da realização de estudos de superfícies (80% do custo total) que resulta na perfuração e na confirmação de perfuração de reservatórios (40% dos custos de perfuração), mitigando assim o risco associado com a exploração de recursos geotérmicos, e a redução de riscos e dos custos do desenvolvimento na fase de iniciação do geotérmico. Nesse sentido, a Comissão está a coordenar e a gerir o programa do GRMF para a África Oriental que foi estabelecido em 2012, com o apoio financeiro dos parceiros.

**133.** Como resultado, cinco projectos geotérmicos beneficiaram de doações em 2014, no montante total de 22 milhões de \$EU. Esses projectos, após a sua implementação, acrescentarão 640MW até 2020. Quatro projectos novos beneficiarão de doações em Fevereiro de 2015 de um montante estimado de 10 milhões de \$EU. A terceira ronda de requerimento iniciou a 30 de Outubro de 2014, em Arusha, Tanzânia, por quanto,

foram submetidos requerimentos adicionais por parte dos promotores de desenvolvimento do sector público e privado que estão actualmente sob avaliação.

**134.** Foram registadas outras realizações no sector energético que incluem: (i) a formação de 25 peritos africanos em matéria de pequenas fábricas hidroeléctricas; (ii) o desenvolvimento da matriz da Agenda de Acção de SE4ALL e a identificação de 14 países africanos prioritários para a implementação; (iii) a validação dos relatórios de estudo de integração do género sobre a Política de Bioenergia; (iv) a divulgação e publicação na internet do Relatório de África sobre a Estatística de Energia referente a 2014; (v) a validação das Directrizes Técnicas relativas ao Desenho e Operação das Centrais Eléctricas Autónomas PV e das Centrais Eólicas Conectadas as Rede de Pequeno Porte para a Geração de Electricidade em África.

### **Realização 3.4 Facilitação das Políticas e das Normas para a Promoção da Integração Continental**

**135. Instituto Africano de Remessas (AIR):** A Comissão está a facilitar a implementação da Decisão do Conselho Executivo, EXC.CL/Dec. 808 (XXIV), de Janeiro de 2014, e a negociar com a República do Quénia sobre as modalidades para acolher o Instituto Africano de Remessas (AIR). “A estrutura de transição” foi acordada por um período de 12-18 meses de modo a garantir o arranque oportuno do Instituto em Nairobi, Quénia.

### **Instituições Financeiras Pan-africanas**

#### **Banco Africano de Investimento**

**136.** Com relação ao **Banco Africano de Investimento (BAI)** o Protocolo que estabelece o Banco foi adoptado pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Fevereiro de 2009. Até o fim de Dezembro de 2014, vinte (20) países assinaram o Protocolo, nomeadamente Angola, Benim, Burkina Faso, Cote d’Ivoire, Cômoros, Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Gâmbia, Gana, Guine, Guiné-Bissau, Líbia, Níger, Madagáscar, Senegal, Sierra Leone, São Tome e Príncipe, Togo e Zâmbia. O principal desafio enfrentado rumo ao estabelecimento da AIB é o lento progresso na ratificação do seu protocolo. Somente dois países, nomeadamente a Líbia e o Congo, ratificaram o Protocolo porquanto são necessárias quinze ratificações para a sua entrada em vigor.

**137.** Os Estados-membros que já assinaram o Protocolo são exortados a ratificá-lo. Os Estados-membros que ainda não o assinaram são também exortados a fazê-lo e a ratificá-lo de forma a acelerar o estabelecimento dessa instituição financeira.

#### **Fundo Monetário Africano**

**138.** Relativamente ao **Fundo Monetário Africano (FMA)**, o seu Protocolo e Estatuto foram objecto de uma revisão por parte dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico e em seguida pelos Ministros da Justiça, e, posteriormente, foram adoptados pela Cimeira durante a sua sessão realizada em Junho de 2014, em Malabo, Guine Equatorial. A Comissão apela aos Estados-

membros no sentido de acelerar a assinatura e ratificação desses Protocolos e Estatuto do FMA.

### **Banco Central Africano**

**139.** Alcançou-se algum progresso a respeito dos esforços que visam a criação do **Banco Central Africano (BCA)**. A Comissão trabalhou em estreita colaboração com a Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA) com vista a elaborar o projecto de uma Estratégia Conjunta que visa criar o BCA. Esse projecto de documento deverá ser adoptado pela Assembleia dos Governadores antes da sua apresentação aos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico para apreciação.

### **Realização 3.5 Facilitação das negociações sobre a Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) e o Desenvolvimento e Promoção das Políticas sobre o Comércio e Alfandegas.**

140. Durante o período em análise, a Comissão, em parceria com a UNECA organizou reuniões consultivas em cinco CER (SADC, COMESA, UMA, CEEAC, e CENSAD) sobre a implementação da Promoção do Comércio Intra-africano (BIAT) e o estabelecimento da Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) conforme acordado durante a Cimeira da UA de Janeiro de 2012. As reuniões em torno da iniciativa da Promoção do Comércio Intra-africano (BIAT)/Zona do Comércio Livre Continental (ZCLC) tiveram a participação de importantes intervenientes do sector do comércio, especialmente do sector privado.

141. O roteiro para o estabelecimento da ZCLC prevê o início das negociações em 2015. O Grupo de Trabalho Continental sobre a ZCLC, um órgão da arquitectura da ZCLC, cujos membros compreendem representantes das CER, CUA, UNECA e BAD, realizou uma quantidade de trabalho significativa em 2014, em preparação para as negociações sobre a ZCLC. Durante o ano, a Comissão organizou duas Sessões do Grupo de Trabalho em Abril e Outubro, que fez algumas recomendações sobre as questões essenciais relacionadas com as negociações sobre a ZCLC, dentre outras, os objectivos e princípios orientadores, disposições institucionais, projecto dos Termos de Referência para o Fórum de Negociação sobre a ZCLC (ZCLC-FN) e Mobilização de Recursos.

142. As negociações e o estabelecimento da ZCLC devem ter como base as conquistas das ZCL a nível das CER, e as melhores práticas tais como a da Tripartida da COMESA-EAC-SADC. Nesse sentido, em 2014, a Comissão continuou a monitorizar os desenvolvimentos em torno das negociações da ZCL Tripartida e os processos das ZCL das demais CER com vista a tirar lições adequadas para a ZCLC.

143. Com relação ao Plano de Acção da BIAT, e na sequência de consultas extensivas levadas a cabo com os intervenientes das CER, a versão revista da Estratégia de Implementação da BIAT foi apresentada à Sessão Extraordinária da CAMOT realizada em Adis Abeba, em Abril de 2014. Os Ministros orientaram os Estados-membros e as CER no sentido de estabelecer Pontos Focais locais e Grupos de Trabalho Técnicos para a elaboração de Planos de Acção Nacionais e Regionais da

BIAT. Alguns Estados-membros e CER iniciaram o processo de desenvolvimento dos seus Planos de Acção da BIAT concretos e implementáveis com o apoio técnico e financeiro da UNECA e do PNUD.

### **Cooperação Aduaneira e Facilitação do Comércio**

144. Estudos revelaram que caso os esforços para a promoção do comércio intra-africano sejam apoiados por medidas de facilitação do comércio, o actual nível de comércio intra-africano que, actualmente, situa-se a 10-12 por cento, poderá duplicar dentro de uma década. A facilitação do comércio é igualmente crucial para a melhoria do desempenho dos países africanos no comércio mundial e tirar pleno proveito das preferências comerciais concedidas a alguns países. A Comissão levou a cabo várias actividades que têm como objectivo melhorar a eficiência das administrações aduaneiras em África, aumentar a facilitação do comércio e reduzir os custos de fazer negócios.

145. **Comércio de Serviços:** Sob os auspícios da Comissão, foram realizados quatro estudos em 2014, nas áreas dos transportes aéreos, educação, processamento de negócios e serviços bancários com vista a ajudar os Estados-membros a desenvolver o seu comércio de serviços e a plena participação nas negociações sobre o comércio de serviços a nível da Organização Mundial do Comércio (OMC). A Comissão realizou igualmente workshops de validação durante o ano em Burkina Faso e Uganda, sobre as industriais culturais e serviços de educação respectivamente, cujo resultado serve de contributo na preparação de documentos actualizados para orientar os Estados-membros a respeito de serviços.

146. **Negociações Multilaterais sobre o Comércio e as Trocas Comerciais de África com o resto do Mundo:** A actual participação de África no comércio mundial situada em cerca de 3 por cento, não está em conformidade com a visão do continente de ocupar o seu devido lugar na economia mundial e no sistema multilateral de comércio. A medida que a Comissão continuou a priorizar a promoção do comércio intra-africano, incidiu igualmente na implementação das actividades tendentes a melhorar o desempenho dos países africanos no comércio mundial através de diversas parcerias e acordos comerciais.

147. **Acordos de Parceria Económica (APE):** Desde o princípio do processo dos APE, a posição da Comissão manteve-se de que as negociações entre a UE, Estados-membros e CER não devem comprometer a integração de África. Essa posição foi reforçada no parágrafo 42 da Declaração da 4ª Cimeira UE-África, que prevê uma possível revisão de qualquer APE que ameace a integração de África. Não obstante haver algumas divergências relativamente às posições da União Europeia (UE) e de África a respeito dos APE, alcançou-se algum progresso em torno de alguns dos documentos para a resolução de algumas questões contenciosas, tais como a cláusula de não-execução, a cláusula de Nação Mais Favorecida (NMF), apoio em matéria de capacitação, e impostos de exportação. Até à presente data, todas as regiões que participam nas negociações dos APE assinaram, ratificaram ou rubricaram os APE, e, portanto, estão isentos da ameaça colocada relativamente ao prazo de 1 de Outubro de 2014, de exclusão de acesso ao mercado da UE isentas de quotas e de impostos.

148. **Negociações a nível da Organização Mundial do Comércio:** durante o período em análise, a Comissão concedeu apoio administrativo e técnico aos negociadores de África na OMC. Esse apoio facilitou o desenvolvimento da resposta de África aos resultados da Conferência Ministerial da OMC realizada em Bali e as decisões dos Órgãos de Política da UA (incluindo o HATC e a Conferência) relativamente a resposta. Na sequência da decisão da Conferência dos Chefes de Estado e do Governo relativamente aos resultados de Bali, a Comissão abordou a liderança do Secretariado da OMC e alguns parceiros de desenvolvimento sobre as necessidades de África de receber um apoio previsível e significativo para reforçar a sua capacidade necessária para a implementação eficaz do Acordo da OMC sobre a Facilitação do Comércio.

149. **Lei da Oportunidade e Crescimento de África (AGOA) e Cimeira EUA-África:** AGOA expira em 2015. Várias actividades da Comissão desenvolvidas em 2014 estavam voltadas a assegurar a reautorização da Lei para um período além de 2015 e transformar os futuros relacionamentos comerciais e de investimento entre os EUA-África em instrumentos mais eficazes e abrangentes para o alívio da pobreza e a consecução de desenvolvimento sustentável em África. De igual modo, durante o ano em análise, alguns países beneficiários, com o apoio técnico da UNECA e da CUA, desencadearam o processo de desenvolvimento das suas próprias estratégias nacionais de respostas à AGOA, conforme encorajado pela decisão do Conselho EX.CL/Dec.830 (XXV) durante a Cimeira de Malabo de 2014.

150. Uma equipa composta por Ministros do Comércio chefiada pelo Lesoto foi mandatada a reunir com o Congresso dos EUA e com a Administração dos EUA no sentido de realizar *lobby* para a obtenção de uma reautorização de AGOA sem sobressaltos para um período de pelo menos 15 anos, que contenha uma Disposição relativa à Produtos Têxteis proveniente de um Terceiro País, bem como regras de origem mais flexíveis e a simplificação dos requisitos de conformidade de modo a permitir a participação de todos os países africanos no AGOA. A Equipa irá também apelar aos EUA a ponderar cuidadosamente o potencial efeito de erosão das preferências que resulta da sua actual negociação da Zona de Comércio Livre (ZCL) com as CER, que poderia invalidar os objectivos da AGOA, e advogar pela não-inclusão de questões não comerciais na AGOA reautorizada.

### **Realização 3.6      Desenvolvimento e Promoção de Políticas para o engajamento do Sector Privado e Melhoria do ambiente de negócios.**

#### **Promoção do Desenvolvimento do Sector Privado**

151. O Continente Africano continua preocupado com o baixo nível de receitas provenientes do fluxo de Investimento Estrangeiro Directo (FDI) em comparação com outras regiões do mundo, bem como o investimento transfronteiriço intra-africano. Essa situação continua a persistir não obstante as medidas tomadas pelos Estados-membros no sentido de melhorar o ambiente de investimento, incluindo, as garantias de investimento. Em resposta, a Comissão concebeu um projecto de código de Investimento Pan-africano baseado nas melhorias práticas, que pode ser adoptado por vários Estados-membros e adaptado para satisfazer as suas situações locais

respectivas. O projecto do código será submetido ao Comité Ministerial Técnico especial sobre Economia, Finanças e Integração bem como ao Comité Técnico Especializado (CTE) sobre Justiça e Assuntos Jurídicos para análise e adopção antes de ser submetido aos Chefes de Estado e de Governo da UA para a sua adopção final.

## **Monitorização e Avaliação do Progresso Socioeconómico**

### **Programa de Desenvolvimento das Estatísticas**

152. A Comissão está a trabalhar em prol do estabelecimento de dois principais projectos, nomeadamente, o Instituto Pan-Africano de Estatística e o Centro Pan-africano de Formação em Estatística conforme as Decisões (Assembly/AU/Dec.462 (XX)) e (Assembly/AU/Dec.424 (XIX)) na Tunísia e Costa do Marfim, respectivamente. Como parte da implementação dessas decisões, a Comissão elaborou um projecto do plano estratégico de 2014 – 2018 do Instituto de Estatística da União Africana. A Comissão está actualmente a trabalhar em torno dos acertos institucionais e da estrutura organizativa do Instituto e do Centro. De igual modo, a Comissão está em vias de conceber um roteiro para o estabelecimento do Instituto e do Centro, incluindo, as actividades prioritárias chaves, as estratégias de advocacia e de promoção a nível político para apoiar na aceleração do estabelecimento do Instituto e do Centro.

### **Realização 3.7 Promoção e Apoio da Mulher, Juventude e Pessoas com Deficiência para o Empreendedorismo**

153. A Comissão da UA iniciou projectos específicos que visam criar e implementar um ambiente para o empoderamento económico e político das mulheres em África. O 9º Congresso para as Mulheres Empresárias em África realizou uma acção de formação em matéria de apoio às mulheres com vista a reforçar as suas capacidades empresariais e lançou a Lista Telefónica Africana Digital para as Mulheres e a Juventude.

154. **Emprego para a Juventude:** Na sequência do compromisso assumido pelos Chefes de Estado e de Governo de reduzir o desemprego no seio da juventude e das mulheres (Malabo, Julho de 2011), a Comissão, BAD, CEA e Organização Internacional do Trabalho (OIT) desencadearam uma Iniciativa Conjunta sobre o emprego para a juventude, e, subsequentemente assinaram uma Declaração de Intenção. A implementação da Iniciativa Conjunta teve início, com projectos-piloto no Burkina Faso e no Senegal.

### **Realização 3.8 Desenvolvimento e Promoção de Políticas relativas ao uso sustentável dos recursos minerais e outros.**

155. A transformação económica através da industrialização baseada nos recursos e a gestão eficaz dos recursos naturais de África é crucial para o alcance do desenvolvimento sustentável e da Agenda 2063. A Comissão implementou vários programas em 2014 que visavam acelerar o processo da industrialização de África e garantir que os recursos minerais e os produtos primários sirvam de instrumentos essenciais para o desenvolvimento sustentável.

156. **Desenvolvimento de Recursos Minerais:** Na promoção da Agenda da UA para o desenvolvimento dos Recursos Minerais de África, os Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento de Recursos Minerais reuniram-se em sessão extraordinária, em Novembro de 2014, na Zâmbia/Zimbabwe, com o objectivo de discutir a institucionalização e a sustentabilidade do Centro Africano de Desenvolvimento de Recursos Minerais (AMDC). O objectivo principal do Centro é o de apoiar os Estados-membros a operacionalizar a Visão Africana sobre os Recursos Mineiros (AMV) e assegurar que os Estados-membros optimizem as suas receitas com base na transparência mútua e na responsabilização por parte das empresas de exploração mineira e do Governos. Os Ministros recomendaram o estabelecimento do AMDC como uma agência especializada da UA com um grau de flexibilidade e de autonomia, mas, assegurando que os Estados-membros da UA retenham a sua titularidade e que adoptaram o seu estatuto. Os Ministros recomendaram ainda, entre outras questões, a necessidade da realização de um estudo que visa analisar as diversas modalidades de financiamento para o AMDC.

157. **Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA):** A Comissão continua a implementar a decisão da Conferência relativa ao desenvolvimento industrial de África. Nesse sentido, a Comissão organizou uma Reunião da Mesa da Conferência dos Ministros da UA da Indústria (CAMI) em Setembro de 2014, em Nairobi, Quênia, que deliberou e tomou decisões em torno de diversas questões relacionadas com a aceleração do desenvolvimento industrial em África. A Reunião da Mesa analisou o Relatório do Retiro Estratégico dos Intervenientes sobre a AIDA realizado em Fevereiro de 2014, e, recomendou que o retiro seja institucionalizado, realizado numa base bianual e que seja usado como um mecanismo para apresentação de balanço em torno da agenda acordada com os parceiros.

158. Relativamente a questão sobre a mobilização de recursos para a AIDA, a Mesa recomendou a identificação de campeões regionais a nível de Chefes de Estado e de Governo para a mobilização de recursos proveniente de diversas fontes, o estabelecimento ou reforço das instituições financeiras especializadas para a indústria, e a realização de uma avaliação por parte da Comissão de todas as iniciativas de mobilização de recursos relativas ao desenvolvimento industrial. A Mesa recomendou ainda, entre outras questões, que a Comissão deve assumir a liderança na coordenação dos parceiros na implementação da iniciativa Agro-indústria e agro-negócios em África (3ADI), o estabelecimento dos pontos focais nacionais para orientar o processo de implementação do Plano de Produção de Farmacêuticos para África (PMPA) em colaboração com a UNIDO, incluindo, a sua harmonização com todas as estratégias nacionais e regionais bem como os planos relativo à Agenda 2063.

159. **Estratégia Africana sobre os Produtos de Base:** A Comissão estabeleceu um Comité Técnico Interdepartamental com o objectivo de conceber uma Estratégia relativo à Produtos de Base. O Comité organizou uma Reunião Consultiva a 26 de Setembro de 2014, em Nairobi, Quênia, que contou com a participação das CER e dos principais intervenientes, incluindo a NEPAD, Centro Africano de Desenvolvimento de Recursos Minerais (AMDC), Mesa-redonda Empresarial Africana (ABR), Organização Regional Africana de Normalização (ARSO), PNUD, e ONU-Mulheres (UN-Women). O Comité deve preparar uma estratégia abrangente relativa aos produtos primários que

resolve e apresenta propostas em torno das questões estratégicas, nomeadamente a definição do preços, marketing e beneficiação dos produtos de base africanos, acréscimo de valores, integração vertical e horizontal e o desenvolvimento do conteúdo local, mecanismos institucionais para o desenvolvimento de produtos primários, incluindo, a Monitorização e Avaliação, e as políticas nacionais, regionais e continentais relativas aos produtos primários. A Comissão submeterá aos Órgãos de Política da UA em 2015, um relatório de balanço sobre o Projecto da Estratégia relativa aos Projectos Primários para sua apreciação e tomada de decisão.

**RESULTADO 4: MELHORIA DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E DO EMPREGO, APOIADO PELA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INVESTIGAÇÃO**

**Realização 4.1** Promoção da Implementação da Estratégia Africana de Saúde.

**Realização 4.2** Desenvolvimento e Promoção da Estratégia para a educação de qualidade, reforço de competências e serviços, em particular, para a mulher e juventude.

**Realização 4.3** Desenvolvimento e Promoção de Políticas e Programas Estratégicos para o Investimento nas áreas das Ciências, Investigação e Inovação que visam o reforço da concorrência de África a nível mundial.

**Realização 4.4** Promoção do Quadro para Segurança Social e Protecção dos Grupos vulneráveis.

**Realização 4.1 Promoção da Implementação da Estratégia Africana de Saúde**

160. **População:** Durante o período em análise, a Comissão centrou-se sobre as modalidades de implementar as recomendações da reunião regional da Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento (ICPD) de 2013. A Comissão concebeu uma Posição Comum Africana que foi apresentada durante a Conferência Mundial ICPD realizada em Abril de 2014, em Nova Iorque. A Comissão está a concluir a elaboração do Relatório sobre o Estado da População de África referente a 2014.

161. **Nutrição:** Em 2014 a Comissão destacou o perfil da nutrição, facilitando a nomeação de um Campeão da UA para a Nutrição para desenvolver advocacia ao alto nível sobre a nutrição. Sua Majestade Rei Letsie III do Reino do Lesoto foi subseqüentemente nomeado Campeão da UA para a Nutrição pelo Grupo de Trabalho Africano sobre Desenvolvimento da Alimentação e Nutrição (ATFFND) conforme a Decisão do Conselho Executivo [(EX.CL/Dec.795 (XXIV))], ratificada também pela Conferência da UA. O Campeão da UA para a Nutrição realizou o seu primeiro evento de advocacia na Cimeira da UA de Junho de 2014 em Malabo onde ele convocou os Intervenientes e apelou para mais investimentos na nutrição. O Campeão jogou também um papel fundamental na adopção da Declaração de Malabo sobre a Nutrição.

162. A Campanha sobre a Aceleração da Redução da Mortalidade Materna, Neonatal e Infantil em África (CARMMA), que representa uma resposta continental da União Africana aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 4, 5 e 6 continua a apelar os Países para aumentarem o seu compromisso no sentido de assegurar a prevenção da mortalidade materna, neonatal e infantil. Em 2014, dois Países adicionais (Somália e Madagáscar) lançaram a CARMMA, elevando o total do número de Países que lançaram a CARMMA para quarenta e quatro (44). A próxima fase da Campanha incluirá: a institucionalização da Supervisão e Revisão da Mortalidade Materna (MDSR) em todos os Estados-membros da UA, incidindo sobre previsibilidade do fim da mortalidade materna, neonatal e infantil até 2030 e o termo de casamentos de crianças e outras práticas tradicionais prejudiciais que atingem as raparigas em idade infantil.

## Resposta da UA ao Surto do Vírus do Ébola

163. O surto da Doença causada pelo Vírus do Ébola (EVD) na África Ocidental foi sem precedentes e a situação tornou-se de má para pior. Ele iniciou na Guiné em Dezembro de 2013 e alastrou-se para a Sierra Leone e Libéria. A situação geral da EVD nos três Países permanecem uma preocupação de saúde pública especialmente nas áreas rurais onde o acesso do pessoal de saúde pública é difícil e ao longo das fronteiras dos Países vizinhos. Ele alastrou-se recentemente ao Mali a partir da fronteira com a vizinha Guiné. O Mapeamento dos focos do Vírus do Ébola nos três Países está concluído. Contudo, novos casos continuam aparecendo em novas partes desses Países

164. Reconhecendo a emergência do Ébola, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana se reuniu em Adis Abeba, Etiópia, em 21 de Agosto de 2014 e invocou o Artigo 6 (f) relativo ao seu mandato no que respeita a acção humanitária e gestão de catástrofes. Subsequentemente a Comissão criou uma missão médica: Apoio da UA ao Surto do Vírus do Ébola na África Ocidental (ASEOWA). Os seguintes Estados-membros contribuíram e/ou prometeram pessoal médico à ASEOWA: Nigéria, Etiópia, República Democrática do Congo (RDC), Quênia, Uganda, Tanzânia, Burundi, Ruanda, Namíbia e República Sarauí. Até 31 de Dezembro de 2014 a ASEOWA enviou para a Libéria, Sierra Leone e Guiné um total de 666 Voluntários, incluindo 115 da CEDEAO enviados sob a égide da ASEOWA.

165. A CUA tomou também um certo número de outras medidas para enfrentar a situação. Essas medidas incluem, entre outras:

166. O **Apelo aos Estados-membros para suspenderem as proibições e restrições das viagens:** De acordo com a Decisão da reunião extraordinária do Conselho Executivo de Setembro de 2014, a Comissão envolveu os Estados-membros para suspenderem as proibições e restrições de viagens. A Comissão envolveu também os Chefes Executivos das principais companhias de aviação e os relevantes intervenientes governamentais a retomarem os voos para os Países afectados. Alguns Países suspenderam as restrições e os voos foram retomados.

167. **Reanálise dos Termos de Referência do Fundo Especial de Assistência de Emergência para o Combate à Seca e à Fome em África:** Como resultado do Surto do Vírus do Ébola, a Comissão desenvolveu uma estratégia para o refinanciamento do Fundo Especial da UA de Assistência de Emergência para o Combate à Seca e à Fome em África (SEAF) e iniciou a revisão dos actuais termos de referência do SEAF em África para proporcionar uma abordagem holística as emergências em África. A Estratégia do SEAF e os Termos de Referência serão submetidos ao Subcomité do CRP em devido tempo.

168. **A Visita da Presidente da CUA aos Países Afectados pelo Ébola:** A Presidente da Comissão visitou Acra, Abidjan, Monróvia, Freetown e Conacri juntamente com o Secretário Executivo da Comissão Económica da ONU para África e o Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento para exprimir solidariedade e avaliar o impacto do surto no terreno.

169. **A Mobilização de Recursos:** A Comissão está mobilizando recursos financeiros para a sustentação diária e segurança médica. Fundos foram mobilizados de vários Intervenientes, incluindo Estados-membros, Associação do Pessoal da UA, Sector Privado Africano e Parceiros de Desenvolvimento. A Comissão organizou uma Mesa Redonda de Negócios em Novembro de 2014 em Adis Abeba, reunindo os capitães das indústrias do sector privado em África para arrecadar fundos para a luta contra a EVD. Além disso, a Comissão mobilizou os Operadores das Telecomunicações para lançar um SMS, campanha de código curto para arrecadar fundos dos cidadãos para apoiar os esforços da UA.

170. A Comissão está criando um programa de médio a longo prazo, incluindo a criação de um Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC Africano) em 2015 para criar capacidades no sentido de lidar com as emergências de saúde pública e as ameaças no futuro. A Comissão está também analisando a transformação da ASEOWA num núcleo do Corpo de Voluntários Africanos da Saúde que poderia ser rapidamente mobilizados no futuro para responder as emergências da saúde no Continente.

### **Controlo do VIH/SIDA, Tuberculose, Malária e Outras Doenças Infecciosas**

171. A Cimeira da UA de Malabo, Guiné Equatorial, de Junho de 2014 reafirmou os seus anteriores compromissos para por fim ao VIH/SIDA, TB e a Malária e tomou nota das principais recomendações dos Peritos dos Estados-membros que se reuniram em Nouakchott, Mauritânia. O Observatório Africano da SIDA continua assumindo a liderança na advocacia política para a plena implementação do Roteiro da União Africana para a Responsabilidade Partilhada e Solidariedade Global contra a SIDA, TB e a Malária com uma específica pressão sobre o financiamento nacional para a saúde. A Comissão convocou várias reuniões para advocacia sobre o financiamento nacional, incluindo com Chefes de Estado e de Governo, Ministros da Saúde e das Finanças, Comunidades Económicas Regionais e Parlamentares.

### **Realização 4.2 Estratégias para educação de qualidade, desenvolvimento de competências e dos serviços, particularmente concebidas e promovidas para as mulheres e os jovens**

172. O Programa da Educação da UA continua sendo sustentado pelo Plano de Acção da Segunda Década da Educação da África (2006-2015). Na sequência da recomendação da Conferência da União Africana dos Ministros da Educação (COMEDAF VI) realizada em Yaoundé em Abril de 2014, a Decisão da Cimeira de Malabo apela os Estados-membros a participarem na avaliação final da Segunda Década da Educação em África e para elaboração da próxima estratégia de dez anos para a educação que será sustentada pelo relatório de avaliação e orientada pela Agenda África 2063.

### **Universidade Pan-africana**

173. Deve-se lembrar que a Universidade Pan-africana (UPA) tem cinco Institutos como parte da sua arquitectura. Desde a sua criação em 2011, a UPA graduou os seus

primeiros Estudantes no Instituto da UPA para as Ciências Básicas, Tecnologia e Inovação (PAUSTI) no Quénia em 2014. A Comissão lançou também este ano o quarto (4.º) Instituto da UPA que se especializa em Água e Ciências da Energia, incluindo Alterações Climáticas (PAUWES) na Argélia e uma Decisão foi tomada que a República da África do Sul acolherá o Instituto das Ciências do Espaço. Três dos cinco Institutos admitiram a segunda geração de Estudantes enquanto o PAUWES admitiu a sua primeira classe de estudantes. Os programas de doutoramento tiveram início em todos quatro Institutos.

174. Uma Reitoria Interina foi criada na Sede da CUA em Adis Abeba com pessoal para supervisionar o bom funcionamento da UPA, aguardando a criação da Reitoria Permanente da UPA. As Missões de Avaliação foram realizadas nos Estados-membros que candidataram-se para acolher a Reitoria. O processo de selecção estará concluído no primeiro trimestre de 2015. O recrutamento do pessoal da Reitoria está em curso uma vez que a Comissão se esforça para atrair académicos de alto calibre com excelentes antecedentes. Tal como solicitado pela Decisão da Cimeira de Malabo, uma reunião extraordinária da Mesa da Conferência da União Africana dos Ministros da Educação (COMEDAF VI) propôs cinco nomes de eminentes personalidades a serem considerados na eleição do Presidente e Vice-presidente do Conselho da UPA. O Comité Directivo da UPA que tem trabalhado como organismo de governação da UPA transferirá as funções para o Conselho no primeiro trimestre de 2015.

175. **O Programa Nyerere** que é gerido pela Comissão continua contribuindo para a produção e retenção dos graduados africanos de alto nível. Quarenta e um (41) estudantes do Sistema Básico de Bolsas de Estudo Mwalimu Nyerere da União Africana já se graduaram com sucesso. Para assegurar a inclusão, um Anúncio Especial apenas para mulheres foi lançado em 2013 e 2014 e haverá um anúncio especial para pessoas portadoras de deficiências em 2015. No quadro da expansão do Programa Nyerere que é patrocinado e conjuntamente gerido pela Comissão Europeia, quinze (15) Redes Universitárias que envolvem setenta e duas (72) Universidades receberam uma doação de cerca de 35 milhões de Euros e estão no processo de implementação da mobilidade académica intra-africana. O Programa envolve apoio a 272 estudantes de mestrado e de doutoramento e ao Pessoal Académico proveniente de vinte e oito (28) Estados-membros.

176. Na implementação da **Estratégia da UA para Harmonização do Ensino Superior**, o projecto-piloto para harmonização da elaboração dos currícula será aumentado de sessenta (60) para cento e vinte (120) Universidades. A Universidade Pan-africana espera participar ao nível de mestrado. Entretanto, a pilotagem do Mecanismo Africano de Classificação da Qualidade teve progressos com os Peritos internacionais designados para validar os exercícios de auto classificação nas Universidades Africanas seleccionadas através de visitas as respectivas Universidades. Um Relatório de Estudo de Peritos sobre a elaboração do Quadro Pan-africano de Seguro de Qualidade e de acreditação foi finalizado. Ele será validado num workshop que envolve as Agências de acreditação nacionais e regionais com vista a criar uma Agência Continental de Acreditação do Ensino Superior em África tal como apelado pela Cimeira.

177. **Desenvolvimento do Professor.** A Reunião do Comité Directivo da Conferência Africana sobre Desenvolvimento do Professor (PACTED III) foi realizada durante a COMEDAF VI. Os Ministros reiteraram a necessidade de melhorar o estatuto e as condições de trabalho dos professores como pré-requisito da qualidade do ensino para atingir os objectivos de desenvolvimento pós 2015 e a da Agenda África 2063. Os Ministros recomendaram também a criação de centros regionais de desenvolvimento dos professores em Ciência, Matemáticas e Tecnologia baseado no modelo do Centro de Ensino de Matemática, Ciência e Tecnologia (CEMASTE).

178. **Observatório da Educação** é uma instituição fundamental responsável gestão das estatísticas continentais da educação e gestão dos sistemas de informação sobre a educação. Contudo, ele continua enfrentando sérias dificuldades financeiras que impedem o desempenho das suas funções. A Comissão recrutou com sucesso de Coordenadores para o Observatório da Educação em Kinshasa e o Centro Internacional para Raparigas e Mulheres em África (CIEFFA) em Ouagadougou. Esforços estão em curso para chegar ao acordo com 11 Estados-membros (Angola, Benin, Burkina Faso, República Centro-Africana, Congo, Gabão, Gâmbia, RDC, Senegal e Sudão) do Comité Executivo original do Instituto Africano de Educação para o Desenvolvimento (IPED) para facilitar a liquidação da dívida pendente de USD 2.7 milhões. A liquidação dessa dívida é urgente para o IPED desenvolver as suas importantes tarefas de Observatório Africano da Educação e os Estados-membros são apelados a contribuírem para o efeito.

#### **Quadro de Política para a Juventude**

179. **Carta Africana sobre a Juventude.** Até a data, 34 Estados-membros ratificaram a Carta Africana sobre a Juventude e depositaram os relevantes instrumentos na Comissão. A Comissão elaborou indicadores da Carta da Juventude que foram desenvolvidos e ratificados pelos Directores-gerais das Estatísticas. Os indicadores serão fundamentais na monitorização e submissão de relatórios sobre a implementação da Carta da Juventude.

180. **Plano de Acção da Década da Juventude (DPoA)** – O DPoA procura clarificar e standardizar a capacitação dos jovens e o desenvolvimento no Continente bem como ser capaz de avaliar os progressos dos Estados-membros baseados na implementação da Carta. Tendo chegado a metade da Década, a Comissão iniciou uma revisão de médio prazo (MTR) para avaliar os progressos da implementação do DPoA e recomendar um conjunto de prioridades para os restantes 5 anos do DPoA de acordo com a Agenda de Desenvolvimento Pós 2015 e a Agenda 2063. O Documento Revisto foi validado pelo CTE para a Juventude, Desporto e Cultura em Outubro de 2014.

181. **Plano Estratégico da CUA 2014-2017** – “Projecto de Directivas para Integração da Juventude na União Africana e nas Amplas Actividades Continentais” foi elaborado.

182. **Desenvolvimento de Competências, Formação Técnica, Profissional e Educação (TVET):** A Estratégia Revista do TVET foi ratificada pela Cimeira de Malabo

(2014). A Comissão está trabalhando na elaboração de um plano de trabalho para a sua implementação.

183. **Corpo de Voluntários da Juventude da União Africana (AU-YVC)** é uma iniciativa da União Africana para o reforço de capacidades dos jovens, capacitação e participação através de acções de voluntariado. Desde o seu lançamento em Dezembro de 2010, o UA-YVC recrutou e formou 200 jovens profissionais e enviou mais do que 120 aos Estados-membros em todo o Continente. A Comissão espera fortalecer as suas capacidades de envio de mais voluntários bem como para prestar assistência técnica aos Estados-membros e as CER na criação das suas iniciativas de voluntariado. De forma a fortalecer as iniciativas de voluntariado da juventude aos níveis nacional, regional (CER) e continental e cumprir o seu mandato, a CUA assinou um MdE com os Voluntários das Nações Unidas para fortalecer a capacidade institucional do UA-YVC a ser implementado em 2015.

184. **Diálogos entre gerações:** A Comissão iniciou um programa de diálogo entre gerações entre a juventude e Chefes de Estado Africanos para promover diálogo e o pan-africanismo em todas as gerações. A Cimeira de Janeiro de 2014 incidiu sobre o desemprego dos jovens e sobre vias para envolver os Governos africanos, sector privado, parceiros de desenvolvimento e a sociedade civil para tratarem dessas questões. O Fórum apelou ou Governos africanos bem como o sector privado, sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento para se envolverem e trabalharem com a juventude nas áreas ligadas a criação de emprego, desenvolvimento de competências através da educação técnica de qualidade e formação profissional (TVET) e pequenas e médias empresas (PME) e acesso a terra. O Fórum apelou também a juventude Africana para assumir a liderança das existentes oportunidades tecnológicas inovadoras, emprego e aptidões do empreendedorismo.

#### **Realização 4.3 Políticas e Programas Estratégicos para investimento na Ciência, Investigação e inovação concebidas e promovidas para reforçar a competitividade global da África**

185. **Programa da União Africana dos Prémios Científicos Kwame Nkrumah:** A Comissão implementa com os Estados-membros e as Comunidades Regionais o Programa Científico dos Prémios para aumentar o perfil do sector da ciência e da tecnologia e construir uma cultura científica entre os cidadãos Africanos. Os prémios em dinheiro são atribuídos a cientistas africanos de topo em cada um dos seguintes sectores: (a) Ciências da Vida e da Terra; (b) Ciências Básicas, Tecnologia e Inovação aos níveis nacional, regional e continental. Para a Edição 2014 nove (9) prémios de USD 5000 cada foram atribuídos a jovens cientistas ao nível nacional através da CUA e da cooperação com a Terceira Academia Mundial de Ciências (TWAS). Os seguintes Países participaram no Programa: Burkina Faso, Camarões, Egipto, Malawi, Nigéria, África do Sul, e Sudão.

186. O Programa foi também implementado através das Comunidades Económicas Regionais (COMESA, SADC e CEDEAO) apenas para mulheres cientistas. Houve apenas quatro (4) laureados com sucesso da África Central, Oriental, Ocidental e do Norte da África que receberam prémios em dinheiro de 20.000 \$EU cada em 19 de

Dezembro de 2014 em Adis Abeba. Os vencedores dos prémios de 100.000 \$EU de nível continental receberão os seus prémios durante a Cimeira de Janeiro de 2015 em Adis Abeba.

187. **Programa da União Africana de Bolsas para Investigação:** Esse Programa é um instrumento financeiro competitivo concebido para apoiar a investigação e promover tanto a colaboração intra-africana como internacional na ciência. A Comissão desenvolveu actividades de monitorização dos 20 projectos de bolsas para investigação que estão sob implementação. Actualmente, a Comissão está preparando Directivas de Aplicação para o lançamento de um terceiro anúncio de 10 milhões de Euros para propostas de Bolsas para Investigação de 2015. O Programa é apoiado pela Comissão Europeia.

188. **Política e Estratégia Africanas do Espaço:** Através de um Grupo de Trabalho de 10 Estados-membros sobre o Espaço criado pela Conferência Ministerial sobre Ciência e Tecnologia (AMCOST), a Comissão elaborou um Projecto de Política do Espaço e uma Estratégia de Implementação. O Projecto de Política do Espaço foi apresentado aos diferentes Intervenientes, incluindo a Conferência Ministerial da UA da C&T e Meteorologia. Em Agosto de 2014, a 4.<sup>a</sup> reunião do Grupo de Trabalho foi realizada no Cairo, Egipto e um workshop de validação realizado em Dezembro de 2014 no Congo Brazzaville, adoptou o projecto e decidiu submetê-lo aos Órgãos Políticos.

189. **Programa sobre o Acesso e Partilha Benéfica dos Recursos Genéticos/Biodiversidade:** Em resposta a Decisão da Conferência para incluir a biodiversidade entre as prioridades da União Africana, a Comissão preparou Directivas da União Africana para a implementação coordenada do Protocolo de Nagoya sobre o Acesso e Partilha Benéfica (ABS) a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD). As Directivas da UA sobre o ABS serão apresentadas a próxima reunião do CTE responsável pela biodiversidade para consulta final e adopção. A Comissão organizou ainda a Reunião Africana de Coordenação de preparação para a primeira conferência das Partes do Protocolo de Nagoya sobre ABS (COP –MOP 1) que se realizou em Outubro de 2014 em Pyongyang, República da Coreia. A reunião Africana de Coordenação serviu para informar o Grupo Africano dos Negociadores sobre os pontos em negociação do COP-MOP1 e como o Fórum onde o consenso das posições africanas foi formulado. A reunião traçou estratégias sobre a intervenção do Grupo Africano em cada grupo de trabalho e grupos de contactos do COP-MOP1 e assim assegurar que África seja bem representada e as suas posições sejam reflectidas. É fundamental registar que os Estados-membros têm cada vez mais apelado para um apoio holístico da Comissão da União Africana em todas as matérias cobertas pelo CBD em si bem como as obrigações dos Estados-membros emergentes dos Protocolos do CBD tal como o Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança.

190. **Monitorização Global do Ambiente e Segurança (GMES) e África:** GMES e África foram lançados em Lisboa, Portugal em Dezembro de 2007 durante a 2.<sup>a</sup> Cimeira UE – África. Na sequência da validação das acordadas primeiras três (3) áreas temáticas (i) Áreas Marinha e Costeira; (ii) Gestão do Recurso da Água e (iii) Gestão dos Recursos Naturais e o apelo para implementação, em Abril um acordo de

cooperação sobre GMES e África foi assinado entre a CUA e CE durante a Cimeira África – UE em Abril de 2014. Subsequentemente, um estudo para definir um plano de implementação das três próximas áreas temáticas foi lançado e uma Equipa de Coordenação se reuniu em Dezembro de 2014 na Tunísia e acordou iniciar o processo de validação dos seguintes Temas: (i) Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural; (ii) Variabilidade das Alterações Climáticas e (iii) Redução do Risco de Catástrofes.

**191. Cooperação África-UE em matéria de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI):** O Diálogo Político de Alto Nível entre África e a UE (DPAN) foi realizado em Novembro de 2013, incidindo no papel da ciência, tecnologia e inovação para garantir a “segurança alimentar, nutrição e agricultura sustentável (incluindo água)” tendo em conta as questões transversais. O DPAN permitiu a criação de um Grupo de Trabalho de Peritos para desenvolver um roteiro e lançar um programa (emblemáticos) conjunto África - UE em matéria de pesquisa e inovação no primeiro domínio prioritário de cooperação.

**192. Quadro da União Africana sobre Ciência e Tecnologia para a Detecção, Identificação e Controlo de Doenças Infecciosas de Seres Humanos, Animais e Vegetais em África:** Este programa emblemático avalizado pela decisão EX.CL/Dec. 746 (XXII), procura estabelecer uma Rede da União Africana de Vigilância das Doenças Infecciosas (AUNIDS). A AUNIDS é um instrumento fundamental para apoiar a operacionalização do Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças (ACDPCP). O actual surto de doença transmitida pelo vírus Ébola demonstrou, mais uma vez, a necessidade da criação de uma rede desta natureza.

**193. Estratégia da Ciência, Tecnologia e Inovação para África (STISA) 2024:** Após a revisão do Plano de Acção Consolidado sobre Ciência e Tecnologia, a Comissão, em colaboração com a República do Congo, organizou uma Sessão Extraordinária da Conferência Ministerial Africana sobre Ciência e Tecnologia, para permitir aos Ministros analisar o Projecto de Estratégia da Ciência, Tecnologia e Inovação para África - 2024 (STISA-2024), e seus acordos institucionais de implementação. Na sequência das recomendações dos Ministros, em Junho de 2014, os Chefes de Estado e de Governo adoptaram o STISA-2024, no quadro da Agenda 2063 da UA de longo prazo.

**194. Observatório Africano da Ciência, Tecnologia e Inovação (AOSTI):** No quadro da operacionalização do AOSTI, a Comissão propôs uma estrutura para o Observatório e as implicações de custos associados. Após a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.521 (XXIII), a Comissão irá submeter o Estatuto do Observatório ao Comité Técnico Especializado (CTE) de Justiça e Assuntos Jurídicos para análise e adopção final. O Observatório, durante a formação realizada em Outubro de 2014, em Nairobi, para os países da SADC e da EAC no âmbito do seu MdE Quinquenal com a Universidade das Nações Unidas (UNU), procurou reforçar as capacidades em matéria de concepção e avaliação das políticas de inovação nos países africanos.

#### **Realização 4.4 Promoção do quadro de segurança e protecção social para os grupos vulneráveis.**

195. **Implementação acelerada do Quadro de Política Social para África:** Para facilitar a execução do quadro de Política Social para África (SPF), a Comissão formou um grupo de 21 cidadãos de 20 Estados-membros com funções de planeamento do desenvolvimento em matéria de política social, em colaboração com o Instituto das Nações Unidas para o Desenvolvimento Económico e a Planificação (IDEP) em Dakar, Senegal, em Setembro de 2014.

196. **Bem-estar das Pessoas com Deficiência:** A Decisão do Conselho Executivo EX.CL/750 (XX) de Janeiro de 2013, solicitou à Comissão a apoiar o Comité Ministerial de Sete (7) Estados-membros a supervisionar a liquidação dos bens do Instituto Africano de Reabilitação (IAR), e a desenvolver uma estrutura de substituição do IAR para a execução do Plano de Acção Continental sobre a Década Africana das Pessoas com Deficiência (2010-2019). A este respeito, a Comissão submeteu um relatório sobre a liquidação dos activos do IAR, bem como o encerramento dos serviços do IAR durante a 4ª Sessão da Conferência da UA dos Ministros de Desenvolvimento Social, em Maio de 2014. Os Ministros tomaram uma decisão de que os Estados-membros do IAR com atrasos nas suas quotizações devem pagar 30% das suas contribuições calculadas para o pagamento dos funcionários separados do Secretariado do IAR. A Comissão continua a trabalhar com as CER para a execução do Plano de Acção Continental sobre a Década Africana das Pessoas com Deficiência (2010-2019).

197. **Bem-estar das Pessoas Idosas:** A Comissão finalizou o Protocolo sobre os Direitos das Pessoas Idosas, que foi adoptado pela 4ª Sessão da Conferência de Ministros de Desenvolvimento Social em Adis Abeba, Etiópia, em Maio de 2014. O Protocolo já foi adoptado pela Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e será analisado pelo CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos antes da apresentação ao Conselho Executivo em 2015. A Comissão está a elaborar um Quadro de Avaliação e Monitorização para o Quadro Político da UA e o Plano de Acção sobre o Envelhecimento.

198. **Campanha para Erradicação do Casamento Infantil:** A Campanha para Erradicação do Casamento Infantil em África foi lançada em Maio de 2014. Um Embaixador da Boa Vontade da União Africana para a Campanha foi nomeado. A Comissão está a finalizar os planos para lançar a campanha a nível nacional nos países seleccionados. A campanha terá a duração de, pelo menos, quatro anos e será lançada posteriormente a outros Estados-membros com as maiores taxas de prevalência de casamento infantil em África.

199. **Carta africana sobre os direitos e o bem-estar da criança:** O Comité Africano de Peritos dos Direitos e Bem-estar da Criança (ACERWC) realizou as suas três sessões em Abril, em Outubro e em Dezembro de 2014, respectivamente, em Adis Abeba, Etiópia. Durante a 23ª Sessão, a Comissão organizou um debate geral entre os parceiros envolvidos, sob o tema, “Acabar com o Casamento Infantil em África” tendo resultado numa Declaração com recomendações concretas para as partes interessadas para a eliminação do casamento infantil em África.

**200.** A Comissão apoiou o ACERWC no lançamento da Campanha de Ratificação Universal e Elaboração de Relatórios sobre a aplicação da Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança no período que antecedeu o 25º Aniversário da adopção da Carta, em 2015. Os principais desafios em relação ao trabalho do Comité reside no facto de nem todos os Estados-membros terem ratificado a Carta, e alguns que ratificaram, ainda não submeteram qualquer relatório sobre a aplicação das disposições da Carta, nos termos do seu Artigo 43º, enquanto outros Estados-membros apresentaram reservas sobre a aplicação das disposições da Carta.

### **Trabalho, Emprego e Migração**

**201. *Processo de Ouagadougou + 10:*** Nos termos da Decisão (Assembly/AU/Dec. 498 (XXII)) da Conferência da União Africana, estava prevista a realização da Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, de 3 a 7 de Setembro de 2014, em Ouagadougou, Burkina Faso, sob o tema, “*Emprego, Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento Inclusivo*”. Devido ao Surto do Vírus do Ébola na África Ocidental, a pedido do Governo do Burkina Faso, a Cimeira Extraordinária de 2014 foi adiada. A Cimeira Extraordinária tinha como objectivo analisar a nova Declaração e o Plano de Acção sobre Emprego, Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento Inclusivo, que foram adoptados numa Sessão Especial da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais, em Windhoek, Namíbia, em Abril de 2014.

**202. *Migração Laboral e Integração Económica Regional:*** A Sessão Especial da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais, em Windhoek, Abril de 2014, adoptou um Programa Conjunto CUA-OIT-OIM-CEA sobre Migração Laboral com vista a facilitar a integração económica regional, incidindo na gestão de fluxos de migração laboral em África e facilitar a execução do Quadro Político da UA sobre Migração (Banjul, 2006). Este programa é complementado pelo Projecto Pan-africano de Parceria África-UE sobre Migração e Mobilidade com o objectivo específico de melhorar a governação em África e entre a África e a UE, bem como reforçar a protecção dos direitos dos migrantes.

**203. *Quadro de Harmonização e Coordenação dos Sistemas de Informação do Mercado de Trabalho (LMIS-HCF):*** Para apoiar a execução do Programa da UA sobre Modernização da Economia Informal, o Grupo de Trabalho Técnico sobre o Emprego e a Economia Informal iniciou o desenvolvimento da Economia Informal e do modelo de estatísticas de Emprego, aprovado na reunião dos Directores-gerais dos Institutos Nacionais de Estatística, em Túnis, em Dezembro de 2014.

**204. *Protecção Social para os Trabalhadores da Economia Informal e Rural:*** Os trabalhadores da economia informal e rural representam uma grande parte da força de trabalho no continente, e não estão cobertos pelos sistemas de protecção social. A Comissão elaborou um Plano de Protecção Social da UA para os Trabalhadores da Economia Informal e Rural-SPIREWORK (Junho de 2011), que aborda este desafio fundamental. A Comissão também finalizou um documento sobre a Integração do SPIREWORK no CAADP em todos os níveis, que pode ser usado pelos Estados-membros para criar resiliência do sector rural.

205. **Tráfico de Seres Humanos e o Contrabando de Migrantes:** A Comissão organizou a Conferência Ministerial de Coordenação Regional sobre o Tráfico e o Contrabando de Seres Humanos na região do Corno de África, no Sudão, em Outubro de 2014, com o apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM), Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), e o Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e a Criminalidade (UNODC). A reunião discutiu as medidas para promover o reforço da cooperação entre os Estados-membros por forma a chegar a acordo sobre e operacionalizar uma abordagem comum face aos desafios do tráfico e contrabando na região do Corno de África. A conferência chegou a um entendimento comum sobre as causas do tráfico e contrabando de seres humanos na região; identificou e recomendou as principais áreas de intervenção para abordar o tráfico e contrabando de seres humanos a nível regional e nacional; propôs a criação de bases concretas para a cooperação e diálogo entre os Estados sobre o tráfico e contrabando; e adoptou uma Declaração e Plano de Acção/Estratégia para o Mecanismo/Iniciativa Regional.

206. **Cultura:** A lentidão no processo de ratificação da Carta para o Renascimento Cultural Africano (adoptada pela Conferência em 2006), impediu a sua entrada em vigor. Apenas oito (8) Estados-membros ratificaram a Carta para o Renascimento Cultural Africano (Mali, Nigéria, Senegal, Congo, Etiópia, Chade, Níger e África do Sul) que, para a sua entrada em vigor, exige dois terços de ratificação dos Estados-membros. A Comissão, em colaboração com a Comissão da União Europeia, elaborou o inventário dos bens culturais, o que permitirá o retorno dos bens culturais ilicitamente traficados para os seus países de origem. O relatório sobre o inventário dos bens culturais, incluindo as respectivas recomendações, foi adoptado aquando da Reunião do 1º Comité Técnico Especializado sobre Juventude, Cultura e Desporto (STC – YCS1).

207. **Desporto:** A Comissão, em colaboração com a República do Congo, tem vindo a preparar a 11ª edição dos Jogos Pan-africanos previstos para Setembro de 2015, em Brazzaville. Note-se que apenas cinco (5) Estados-membros liquidaram as suas dívidas em atraso ao Conselho Africano de Desporto (Argélia, Camarões, Eritreia, África do Sul e Tunísia), e que a participação nos Jogos Pan-africanos de 2015 está dependente do pagamento das dívidas em atraso.

## **RESULTADO 5: ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSO PARA PERMITIR A AUTO-SUFICIÊNCIA AFRICANA**

208. Uma série de iniciativas continentais foram empreendidas ou desenvolvidas durante 2014, por forma a garantir a mobilização dos recursos para as instituições, os programas e o desenvolvimento africano. Estas incluem o trabalho feito pela Conferência dos Ministros Africanos para a Economia e Finanças (CAMEF), conforme estipulado pela Conferência com vista a examinar a aplicação do Relatório do Painel de Obasanjo; a criação da Fundação da União Africana; a Cimeira de Dakar sobre as Infra-estruturas de Financiamento; a convocação da Mesa Redonda entre a União Africana e o Sector Privado - sobre o Ébola; e a operacionalização pelo BAD do Fundo África 50.

209. A questão das fontes alternativas de financiamento está a tornar-se crítica, ao entrarmos na fase de execução da Agenda 2063, mas também no contexto actual de redução de parceiros financeiros.

### **Fontes Alternativas de Financiamento da União Africana – modalidades de execução**

210. O relatório do painel que foi adoptado, em princípio, pela Cimeira de Julho de 2013, foi submetido à Conferência da União Africana dos Ministros da Economia e Finanças (CAMEF) para explorar formas e meios para operacionalizar as propostas apresentadas no relatório e explorar também as outras propostas.

211. A CAMEF, na sua reunião de Abuja, em Março de 2014, discutiu as diversas modalidades de execução e criou um Grupo de Trabalho Ministerial, a este respeito. O Grupo de Trabalho reuniu-se à margem das reuniões do Banco Mundial, em Washington, em Outubro de 2014, e fez as seguintes recomendações, com base em princípios de equidade, previsibilidade, flexibilidade e conformidade:

- a. A necessidade de a UA cobrir uma parcela maior do seu orçamento, mediante a adopção de uma fórmula orçamental onde cobre 100% do orçamento de funcionamento, 75% do orçamento por programas e 25% do orçamento das operações de manutenção de paz ao longo de um período de cinco anos a partir de 2016;
- b. Os Estados-membros devem mobilizar recursos fora das suas tesourarias para apoiar as contribuições estatutárias, mediante a adopção de um imposto sobre os bilhetes dos voos internacionais provenientes ou com destino à África; um imposto de alojamento; e um imposto sobre as mensagens SMS. Contudo, os Estados-membros podem decidir continuar a pagar as suas contribuições estatutárias a partir das suas tesourarias ou através de outras opções que podem preferir.
- c. Os Estados-membros devem ser agrupados em três categorias: 60% do orçamento coberto igualmente pelos países com contribuições do PIB Continental superior a 4%; 25 % do orçamento igualmente pago pelos países com contribuições do PIB Continental entre 1% e 4%; e 15 % do orçamento igualmente partilhado pelos países com contribuições do PIB Continental inferior a 1%; e
- d. A UA deve reforçar as suas capacidades de recolha das contribuições estatutárias e reforçar o cumprimento<sup>2</sup>. A este respeito, a UA deve abordar o Banco Africano de Desenvolvimento quanto à possibilidade de desenvolver um mecanismo eficaz de recolha.

---

<sup>2</sup> A Tunísia manifestou reservas sobre as conclusões da reunião.

## **A Fundação UA**

212. Durante 2014, a Fundação foi registada nas Maurícias, o Conselho inaugural nomeado e os sistemas institucionais da Fundação foram criados. A Fundação UA será, portanto, oficialmente lançada na Cimeira, a 30 de Janeiro de 2015. O programa do primeiro ano da Fundação incidirá sobre a mobilização de recursos, incluindo a criação de um fundo de dotação, e a execução de programas emblemáticos como a Plataforma Africana para o Diálogo sobre a Agenda 2063.

## **Estratégia de Mobilização de Recursos da Comissão da União Africana:**

213. Em 2014, a Comissão iniciou o processo de elaboração de uma estratégia de mobilização de recursos, visando identificar outras fontes de financiamento, com particular incidência para os recursos internos. A estratégia irá definir opções estratégicas e realísticas a serem seguidas pela Comissão para arrecadar fundos. O documento final será apresentado aos Órgãos Deliberativos, após a conclusão das consultas técnicas e internas.

**RESULTADO 6: UMA UNIÃO DOS POVOS**

**Realização 6.1** Melhoria da imagem da CUA, eficácia da sua comunicação e reforço da sua visibilidade.

**Realização 6.2** Melhoria do envolvimento das partes interessadas na agenda africana, reflectindo na diversidade cultural e linguística, na participação equilibrada das mulheres, dos jovens e dos grupos vulneráveis.

**Realização 6.1 Melhoria da imagem da CUA, eficácia da sua comunicação e reforço da sua visibilidade**

214. A Comissão não parou de implementar planos de visibilidade, actividades de sensibilização e estratégias de comunicação social para apoiar e popularizar os programas da Comissão. Isto tem sido fundamental na assistência aos jornalistas, o que inclui o acesso, a partilha de informações e inquéritos, de forma regular e durante eventos importantes organizados pela UA.

215. **A Estratégia de Comunicação, Sensibilização e Marketing da UA 2014 – 2017:** A Comissão começou a implementar a sua Estratégia de Comunicação, Sensibilização e Marketing 2014 - 2017, adoptada em Março de 2014. A estratégia visa promover a imagem da União e do continente através da popularização dos seus programas em conformidade com a Agenda 2063 e fornece o quadro para as opções de comunicação estratégica e política. A Estratégia inclui o uso de plataformas de comunicação, tais como as conferências de imprensa, os meios de comunicação social e as novas redes sociais, transmissão em directo via Internet e o sítio Web da UA. A Comissão está também a modernizar o Centro de Comunicação Social da UA, dotando o mesmo com os recursos necessários. Além disso, a Comissão emite várias publicações, tais como materiais de referência, documentos orientadores, boletins informativos, tratados, diários, materiais institucionais da marca, serviços e materiais audiovisuais, para mencionar apenas alguns.

216. **Grupo Sectorial de Comunicação da CUA:** Para harmonizar a execução das estratégias da UA de mensagens e políticas, e assegurar que a União fale a uma só voz, tenha um perfil e uma marca da UA, foi criado um grupo sectorial de pontos focais de Comunicação da CUA para trocar opiniões sobre a melhor forma de comunicar as questões que se revestem de importância para a União. Isso melhorou a eficácia e eficiência da execução da estratégia de comunicação da CUA e tem ajudado para maximizar a utilização dos limitados recursos humanos e financeiros.

217. **Estratégia de comunicação sobre o Ébola:** Tendo reconhecido a importância da comunicação na luta contra a epidemia do Ébola, a Comissão elaborou uma estratégia de comunicação abrangente e holística sobre o Ébola com vista a garantir uma comunicação adequada sobre a doença causada pelo vírus do Ébola (EVD) para a população e a comunidade internacional em geral, bem como a resposta da UA para o Surto do Vírus do Ébola. A Comissão está a trabalhar em estreita colaboração com o Apoio da União Africana no Combate ao Surto do Vírus do Ébola na África Ocidental

(ASEOWA) na execução da estratégia, que inclui o uso do sítio Web da UA e um sítio Web especializado sobre o ASEOWA (<http://pages.au.int/ebola>).

218. **Sistema de Acreditação dos Meios de Comunicação Social da UA:** A Comissão já acreditou 91 jornalistas permanentes baseados em Adis Abeba de diferentes órgãos de comunicação social de agências novas, locais, regionais e internacionais para que possam reportar de forma extensiva sobre as actividades da UA e servirem de eixo entre a Comissão e os cidadãos africanos, bem como o resto do mundo.

219. **Relações Públicas:** Como resultado da crescente popularização da UA e dos seus programas, tem havido maior consciencialização, empenhamento e resposta pelos cidadãos africanos em geral, a Diáspora e a comunidade internacional. A Comissão registou uma maior participação nos programas, tais como a elaboração do quadro da Agenda 2063, a resposta da UA contra o Surto do Vírus do Ébola e outros quadros políticos continentais. Este factor contribuiu igualmente para o aumento das visitas à sede da UA para aprender mais sobre a União.

## **Realização 6.2 Melhoria do envolvimento das partes interessadas na agenda Africana, reflectindo na diversidade cultural e linguística, na participação equilibrada das mulheres, dos jovens e dos grupos vulneráveis.**

220. Durante o período em análise, a Comissão continua a priorizar a necessidade de aprofundar, estabelecer e apoiar a participação activa do vasto leque de actores não estatais, tais como as organizações não-governamentais, os grupos profissionais e sociais, as organizações comunitárias e religiosas, no cumprimento do compromisso do Acto Constitutivo.

221. No âmbito da aplicação da Decisão do Conselho Executivo EX/CL/Dec.849 (XXV) de restabelecer o ECOSOCC, que é a plataforma que permite a participação das OSC africanas e da Diáspora, a Comissão facilitou as eleições para a 2ª Assembleia-geral permanente do ECOSOCC, que teve lugar em Dezembro de 2014, em Nairobi. É de notar, no entanto, que nem todos os Estados-membros e regiões estão adequadamente representados na Assembleia-geral do ECOSOCC e, portanto, a sensibilização e as eleições continuarão a assegurar a plena representação.

## **Programa da Diáspora da União Africana**

222. À luz da Cimeira Mundial da Diáspora Africana, foram acordados os seguintes cinco projectos do Legado: o Instituto Africano de Remessas, a base de dados de competências para os profissionais na Diáspora, o Corpo de Voluntários Africanos da Diáspora e o Mercado da Diáspora para as Intervenções da Diáspora Africana (DMADA) com vista a Promover a Juventude e o Emprego, bem como o Fundo de Investimentos da Diáspora Africana. Contudo, as consultas sobre as questões relacionadas com a coordenação e a mobilização de recursos para a efectiva implementação deste projecto estão ainda a ser finalizadas.

**RESULTADO 7: CAPACIDADES INSTITUCIONAIS E RELAÇÕES COM AS CER, ÓRGÃOS DA UA E PARCEIROS**

**Realização 7.1** Reforçadas as Capacidade Institucionais da CUA

**Realização 7.2** Reforçadas as Relações com os Órgãos da UA, CER e Parceiro Estratégicos

**Resultado 7.1 Reforço das Capacidade Institucionais da CUA****Introdução**

223. O objectivo geral é reforçar as capacidades institucionais da CUA, através do estabelecimento de medidas que visam melhorar, continuamente, o desempenho e eficiência operacional da Comissão em termos de finanças, administração e recursos humanos, jurídicos, planeamento estratégico, auditoria interna, serviços de conferência, serviços médicos e protocolares e todos os serviços da Comissão, através de avaliação comparativa e adopção de boas práticas internacionais.

224. Para levar adiante essas funções e no âmbito do Plano Estratégico 2014-2017, a Comissão adoptou um Plano de Actividade como uma estrutura para atingir os seus objectivos globais. O Plano de Actividades apresenta as seguintes principais áreas prioritárias.

- Valorizar, fortalecer e manter a responsabilidade da Comissão;
- Liderar o desempenho e a eficiência operacional dentro da Comissão;
- Fazer com que a Comissão seja financeiramente viável e sustentável; e
- Promover sinergias com órgãos da UA, CER outros intervenientes.

225. Tendo como base os alicerces do Plano Estratégico 2009-2013, a Comissão continuou em 2014 o processo de consolidar os ganhos na área do Reforço Institucional e das Capacidades.

**Aumento, fortalecimento e manutenção da responsabilidade da Comissão.****Revisão do Sistema de Planificação Estratégica e do Programa Implementação, Monitorização & Avaliação da CUA**

226. Para melhorar ainda mais a eficiência operacional e garantir a consolidação e assimilação da Abordagem Gestão com Base em Resultados, a Comissão realizou

uma análise da situação e avaliação aprofundadas, através da revisão dos actuais sistemas de planificação, monitorização, avaliação e comunicação, bem como, dos instrumentos, processos e modelos relevantes e definiu um roteiro para o desenvolvimento, instalação e implementação de um sistema melhorado. Este é um processo em curso, que será apresentado à Comissão e os Órgãos Deliberativos ao longo de 2015.

227. Nos seus esforços de criar uma instituição bem governada, a Comissão continuou a reforçar os sistemas e quadros de governação corporativa com vista a melhorar a prestação de contas em todas as esferas de gestão e a garantir a orientação dos departamentos para o desempenho baseado em resultados.

228. **Políticas Administrativas:** A fim de promover a boa governação em toda a Comissão, uma série de políticas administrativas importantes foram desenvolvidas em 2013 e processadas pelos órgãos deliberativos relevantes da Comissão. A Política de Viagens foi aprovada em Março de 2014, enquanto um conjunto adicional de quatro (4) políticas está concluído e pronto para promulgação: a política de Recrutamento e Selecção, a política de Educação e Abonos, o Plano de Assistência Médica e a política de Férias do Pessoal. Outras políticas estão ainda sob a forma de projecto, incluindo nas áreas de Tecnologias de Informação (TI), Manutenção de Activos, Gestão de Instalações e Registos, prevendo-se que estejam concluídas em 2015.

229. **Órgãos de Apoio à Gestão – Após a reconstituição dos Órgãos de Apoio à Gestão em 2013, a maioria dos órgãos está actualmente operacional** e continuam a apoiar os processos de tomada de decisão da Comissão. A monitorização da funcionalidade dos órgãos está em curso, dado que esta fornece informações oportunas para verificar o desempenho dos referidos órgãos, tendo em vista a melhoria da sua contribuição na gestão eficaz da Comissão.

230. **Código de Ética:** A fim de melhorar os padrões de governação da CUA, a Comissão desenvolveu o Código de Ética e Políticas Anti Assédio tendo em vista a criação de um Gabinete de Ética que irá auxiliar na orientação da conduta e comportamento do pessoal. Consultas foram realizadas com todos os intervenientes dentro da Comissão. Além disso, foi realizado um curso de formação de formadores de ética em 2014, com o objectivo de formar outros funcionários em 2015. As políticas serão apresentadas ao Subcomité Consultivo para Questões Orçamentais, Financeiras e Administrativas. Por último, espera-se que o código de ética esteja pronto para apresentação à Conferência em Janeiro de 2015.

231. **Revisão Salarial da UA:** Conforme a recomendação do Conselho Executivo, a Comissão realizou uma revisão abrangente da estrutura salarial, benefícios e subsídios de todos os funcionários da União, incluindo uma análise dos resultados do inquérito, com recomendações sobre o pacote salarial, bem como as implicações financeiras envolvidas. O objectivo da revisão foi fazer uma avaliação comparativa relativamente à escalas salariais baseada em boas práticas internacionais e estabelecer uma metodologia credível para futuras avaliações, bem como melhorar os Termos e Condições de Serviço dos funcionários a fim de aumentar a retenção de funcionários. O conteúdo do relatório foi apresentado em Abril de 2014 aos membros do Subcomité

do CRP para Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras e uma reunião está prevista para a continuação do debate e conclusão das constatações para endosso pelo Conselho Executivo em Janeiro de 2015.

232. **Revisão da Estrutura da CUA:** Como parte da reforma estrutural, a Comissão está actualmente a levar a cabo uma revisão estrutural global para assegurar que questões como a eficiência sejam preservadas, e que as competências disponíveis correspondam às necessidades, a fim de se alcançar os resultados planeados no novo Plano Estratégico (2014-17) e na Agenda 2063. Uma análise das necessidades de capacidade humana foi realizada em vários departamentos e direcções com vista a identificar a estrutura que irá efectivamente apresentar resultados, tal como estipulado no novo Plano Estratégico (2014-17) e na Agenda 2063. Os resultados e recomendações serão apresentados pelos Órgãos Deliberativos adequados para apreciação.

233. **Atracção de Talentos, Recrutamento e Selecção:** A Comissão registou melhorias notáveis na área de priorização do recrutamento de postos de trabalho permanentes em 2014, constatadas pelas interacções vigorosas e activas que ocorreram nos departamentos onde os recrutamentos tiveram lugar. Estrategicamente, verificou-se um maior envolvimento dos departamentos nos processos de pré-selecção e entrevista, um factor que levou a interrogatórios minuciosos sobre o significado dos recrutamentos em termos de satisfação das necessidades estratégicas dos departamentos e, portanto, da Comissão. Com a supervisão geral do Conselho de Nomeações e Promoções (APROB), orientações e metodologias de classificação de pré-selecções e entrevistas foram revistas e reavaliadas para alinhá-las às estratégias organizacionais, tais como a paridade homens/mulheres e a distribuição regional em toda a organização, assegurando assim a transparência, equidade e maior propensão para recrutar candidatos adequados. Em 31 de Outubro de 2014, um total de quarenta e um (41) anúncios foram publicados, excluindo os atrasos do ano 2013 onde 37 pré-selecções e 17 entrevistas e 45 nomeações foram feitas no total. É importante observar que cinquenta e três por cento (53%) dessas nomeações foram de candidatos do sexo feminino, que é um passo para a paridade homens/mulheres muito desejada no seio da Comissão. No que diz respeito a decisão do Conselho Executivo que mandata a Comissão para supervisionar e fiscalizar os processos de recrutamento e selecção de todos os órgãos da União, a Comissão participou no processo de recrutamento da Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD e do Parlamento Pan-Africano.

234. **Recrutamento E-SAP:** Desde o lançamento do sistema *E-Recruitment* em Agosto de 2011, houve uma clara melhoria no tempo necessário para se efectuar o recrutamento. A pré-selecção dos candidatos está agora simplificada sendo todos os pedidos apresentados no mesmo formato o que leva a um processo mais eficaz e eficiente de avaliação do candidato. A melhoria contínua dos *e-sistemas* tem sido a preocupação da Comissão, cujo objectivo é implementar totalmente um processo de selecção e recrutamento abrangente, automatizado, desde as requisições dos departamentos às notificações dos candidatos e nomeações definitivas, em consonância com as boas práticas internacionais de Recursos Humanos de atracção, selecção e recrutamento de talentos, bem como a sua retenção.

235. **Sistema de Gestão de Contratos:** A Comissão implementou igualmente o Sistema de Gestão de Contratos de RH SAP com vista a automatizar a emissão e a renovação de todos os contratos no seio da Comissão. Este projecto aumentou a eficiência, a segregação e a transparência da gestão de contratos da Comissão, reduzindo assim o ciclo do processo, e conseguindo obter estatísticas de desempenho em todas as fases do sistema.

236. **Implementação da Solução SAP Open Text:** Em 2014 foi implementado o módulo **SAP Open Text**, cuja função é digitalizar documentos do pessoal usando um mecanismo de segurança adequado em formato *read-only SAP-PDF* que facilita o acesso a usuários autorizados, levando a um ambiente sem papel. Isto levou a redução de custos operacionais - artigos de papelaria, custos de impressão; redução dos ciclos de processo longos, tais como processo de concurso e de pagamento; melhoria da transparência dos processos de negócio e disponibilidade de documentos arquivados *online*, o que evita, portanto, a perda de documentos.

237. **Implementação da SAP Mobility:** O principal objectivo deste projecto é permitir a qualquer altura e em qualquer lugar o acesso SAP (Auto – Serviço de Gestores e Empregados) por usuários autorizados, usando quaisquer dispositivos inteligentes como *iPads* e *smartphones*. Dessa forma, usuários autorizados poderão ter acesso a informações em todo o mundo, em tempo real e, assim, reduzir o atraso na aprovação e outras funcionalidades bem como aumentar o acesso dos gestores a dados vitais da instituição. A implementação do projecto iniciou em 2014 e deverá estar concluída em Abril de 2015.

238. **Implementação do SAP Business Object and Dashboard (Painel de Bordo):** O principal objectivo deste projecto é permitir que os gestores tenham à sua disponibilidade relatórios essenciais do *Dashboard* das transacções SAP em tempo real para a tomada de decisões. A implementação do projecto iniciou em 2014 e prevê-se que esteja concluída em meados de 2015.

239. **Pagamentos Electrónicos ao Chase Bank:** A Comissão implementou o Pagamento Electrónico em Julho de 2014, o que permite a automatização de pagamentos electrónicos e transferências de fundos da CUA SAP para o Chase Bank no que refere a pagamentos de salários e emolumentos dos empregados, e pagamentos a fornecedores. Isto reduziu a **documentação manual baseada em papel**, o ciclo de processo de pagamento e aumentou a precisão de transacções /transferências, permitiu a verificação *on-line* de transacções através de extractos electrónicos e facilitou a padronização do processo de pagamento e aumentou igualmente a transparência e a responsabilização das transacções.

240. **Implantação do SAP nos Escritórios e Órgãos da CUA:** A Comissão implantou o *SAP ERP* em seis (6) Escritórios, nomeadamente IBAR, Bruxelas, Genebra, Nova Iorque e nas Missões de Manutenção da Paz em Juba e no Burundi. Trabalhos preparatórios para a implantação do SAP foram realizados no Parlamento Pan-Africano (Midrand) e no Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (Arusha). A implantação do sistema tem impacto na redução dos atrasos na compilação de demonstrações financeiras e outros relatórios e no aumento da visibilidade,

transparência e responsabilidade das transacções, bem como no aumento da harmonização e padronização dos processos.

241. **Seguro de Saúde:** Sob a cobertura de seguro de saúde com a *Vanbreda Medical and Insurance Company* com sede em Bruxelas, todo pessoal ao abrigo de contratos de curta duração, com contratos inferiores a um ano estão cobertos por um seguro de doença.

242. **Administração da Justiça** Na busca de justiça para o pessoal, a Comissão revitalizou em 2014 os sistemas de administração da justiça em toda a Comissão, reorganizando o Painel de Reclamações e o Conselho Disciplinar para lidar com as reclamações dos funcionários e lidar igualmente com todos os casos disciplinares. Para a operacionalização do mandato do Painel de Reclamações, um grupo de trabalho foi criado para lidar com reclamações de ordem administrativa ainda pendentes além de finalizar a política processual de queixa. Espera-se que todos os casos de reclamações sejam resolvidos no primeiro trimestre de 2015.

243. A Comissão constituiu igualmente o Tribunal Administrativo, que iniciou o seu trabalho em Setembro de 2014 após 18 anos de inactividade

### **Promoção do Desempenho e eficiência operacional no seio da Comissão**

244. A Comissão continua na busca de um bom desempenho para toda a organização, através da adopção de melhores práticas à escala internacional, serviços inovadores e baseados no cliente e através da optimização da utilização dos recursos humanos, financeiros e físicos disponíveis com vista a alcançar os resultados desejados pelos intervenientes. A força motriz tem sido a automação e a integração de recursos humanos, serviços financeiros e de aquisições no SAP ERP

245. **Desempenho, Formação e Desenvolvimento do Pessoal.** O Quadro de Gestão de Desempenho do Pessoal e Responsabilização (PMAF) tem sido um mecanismo eficaz para melhorar tanto a eficiência individual como organizacional. O ciclo de desempenho do pessoal foi sincronizado para iniciar em Janeiro e terminar em Dezembro de cada ano, a fim de estar alinhado ao ciclo orçamental, bem como para medir efectivamente os resultados de desempenho de pessoal e a taxa de execução de projectos/programas departamentais. Esta mudança do ciclo PMAF garantiu a mobilização de todos os funcionários no sentido de maior enfoque institucional na consecução de metas e prioridades acordadas através de funções e responsabilidades mais claras, responsabilização e distribuição equitativa da carga de trabalho.

246. **Construção do Centro de Dados e Computação em Nuvem (*Cloud Computing*):** A construção em curso do Centro de Dados virtualizado modular e completo irá proporcionar tecnologias inovadoras, aplicações e plataformas que irão melhorar a alta disponibilidade de serviços para as actividades da CUA. O equipamento foi entregue e está a ser instalado. O lançamento está previsto para Janeiro de 2015. O Centro de Dados destina-se a fornecer serviços fiáveis, seguros, eficientes e eficazes à Comissão, Órgãos e Escritórios Regionais/de Representação e CER, sediando equipamentos de informática necessários. O Centro estará igualmente equipado com

serviços de computação em nuvem onde a partilha eficaz de recursos estará disponível através de dispositivos móveis como *smartphones*, *iPads* e outros, com vista a melhorar o desempenho e a eficiência dos usuários finais nas suas actividades quotidianas.

247. **Implementação de ITIL:** A Comissão iniciou serviços de TI à escala das melhores práticas internacionais, para a prestação de serviços de TI à Comissão. Os referidos serviços têm a aprovação da ISO, O impacto dessa implementação é ter uma prestação de serviços eficiente e eficaz garantida, com um Acordo sobre Níveis de Serviço interno, apoiado por procedimentos de operação padrão claros para que os clientes da CUA tenham um tempo de resposta do serviço garantido.

248. **Continuidade da Actividade e Recuperação pós-catástrofe:** em 2014, a **Comissão** também se esforçou em garantir a não interrupção da actividade devido a catástrofes de continuidade em tecnologia que são inevitáveis. A Comissão, através da divisão de *MIS* está a implementar uma solução de recuperação pós-catástrofe a fim de assegurar a continuidade da actividade relativamente a todos os aplicativos da CUA. O roteiro para este projecto está a ser elaborado. Isto é muito importante tendo em conta que os sistemas electrónicos estão disponíveis todos os dias da semana na rede institucional que liga a Comissão, seus escritórios regionais e de representação, bem como todos os Órgãos da União.

249. **Serviços Médicos:** Com o aumento do número de clientes e para satisfazer as suas exigências, a Comissão no seu plano continuou a melhorar os serviços aos seus clientes, reforçando os sistemas de prestação de serviços médicos. Em 2014, a Comissão realizou uma renovação de grande envergadura dos seus edifícios criando assim mais espaço para a prestação dos seus serviços.

250. O surto de Vírus do Ébola em curso na África Ocidental constitui um desafio e pressão sem precedentes para os serviços prestados pelo Centro Médico da UA. O Centro encontra-se a oferecer exames (rastreio) para detecção de Ébola. Oferece os referidos exames para as reuniões da UA, bem como informações para todos os funcionários e delegados. Uma unidade de quarentena de duas camas está em construção e equipamentos e medicamentos foram encomendados para a unidade.

251. Os serviços médicos trabalharam em estreita ligação com o Departamento de Paz e Segurança na autorização médica das tropas a serem implantados na área de missão e também na avaliação de incapacidade e morte dos soldados que foram implantados em Mogadíscio, Somália no âmbito da AMISOM. Recentemente, a Junta Médica da UA (AU-MEB) para Invalidez e Morte prestou assistência técnica à CEDEAO e conseguiu estabelecer a Junta Médica para a CEDEAO. A Junta Médica da UA trabalhou ainda com a Equipa Médica da CEDEAO para avaliar a incapacidade nas tropas do Togo, Níger, Burkina Faso e Chade que foram enviados ao Mali no âmbito da Missão AFISMA

252. **Gestão de Conferências:** A Comissão continuou a prestar serviços de tradução e interpretação de conferências e reuniões. A fim de proporcionar conferências com uma boa relação custo/ eficácia, a Comissão iniciou um sistema de Fluxo de Trabalho

na Unidade de Impressão que se tornou operacional no final do primeiro trimestre de 2014. A Comissão continuou igualmente a reforçar as capacidades do pessoal na prestação de serviços de tradução e interpretação através de várias acções de formação internas e na modernização de equipamentos e aplicativos informáticos.

**253. Manutenção e Gestão de Instalações:** em 2014, a Comissão continuou a subcontratar serviços para a realização de algumas das actividades de manutenção através de contratos-quadro de manutenção, com vista a reduzir o tempo de intervenção correctiva e reduzir o custo geral de manutenção. A implementação bem-sucedida do Sistema de Manutenção Archibus possibilitou a gestão e a manutenção das várias instalações bem como a gestão de espaços para escritórios. A Comissão também tem vindo supervisionar a construção, gestão e fiscalização de vários projectos em curso, bem como a gestão de instalações dos edifícios existentes. Em Outubro de 2014, a Divisão tinha em registo 106 transacções de arrendamento que geraram uma receita total de 311.916,78 \$EU, constituídas por arrendamento de salas de conferências, escritórios, espaço interno do edifício para exposições, alienação de bens obsoletos e arredamento do espaço externo - cantina temporária durante a Cimeira e outras reuniões. A criação de um Fundo de Manutenção visando fornecer uma fonte financeira sustentável para a manutenção das instalações da CUA foi uma das maiores conquistas de 2014. A Comissão tenciona continuar a gerar receita através de operações de gestão de instalações.

**254. Projectos de Construção e Renovação:** A Comissão está actualmente a ampliar e a renovar o Centro Médico e a construir os Armazéns principais da CUA dentro do complexo da CUA, com o objectivo de cessar o arrendamento da edifícios externos e centralizar todos os armazéns num único local. A renovação e ampliação da cantina foi concluída em Julho de 2014. A Comissão está actualmente a trabalhar na implementação de projectos de construção da Aldeia Africana e Instalações Residenciais para o Vice-presidente e Comissários após a aquisição de uma concessão de 215.000 m<sup>2</sup> de terreno do Governo Etíope.

**255. Gestão de Activos e de Armazéns:** Na área de gestão e controle de activos, a Comissão realizou todas as suas transacções no sistema de ERP/SAP e por isso o tempo atribuído para a requisição e emissão de activos foi reduzido. A Comissão lançou igualmente uma iniciativa de codificação de todos os seus bens. O projecto de codificação, marcação e avaliação de activos fixos foi concluído em Novembro de 2014. Este projecto visa a estabelecer um Registo Principal de Activos usando um Processo de Gestão de ERP/SAP automatizado para permitir uma gestão mais fácil, controlo e acompanhamento do movimento de todos os activos, bem como reflectir o valor exacto dos activos da Comissão nas Demonstrações Financeiras da Comissão, no âmbito das Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (IPSAS). O inventário físico e marcação de todos os activos da CUA nas Missões de Manutenção da Paz, Regionais, de Representação e técnicas está previsto para 2015. A Comissão está igualmente a construir um novo armazém. A construção desse armazém no interior das instalações da Comissão irá facilitar o apoio logístico ao ter todos os artigos sob o mesmo tecto.

256. **Aquisição:** Até Outubro de 2014, a Comissão teve 22 reuniões de Júri de **Concursos** e o total das transacções processadas através do sistema SAP somaram 7.723.661,73 \$EU, o que equivale a 5% do Orçamento da Comissão (Incluindo as despesas salariais e de Viagens). A taxa de execução da dotação orçamental das aquisições aumentou para mais de 70 por cento. Com as reuniões semanais do júri de concurso, o tempo atribuído para aprovisionamento e o tempo do ciclo de aquisição foi reduzido drasticamente. Em conformidade com o recém-aprovado Regimento Financeiro, a Comissão iniciou com a revisão do Manual de Aquisição existente.

257. **Viagens do Pessoal:** Como parte dos esforços para melhorar os serviços de deslocação, a Comissão assinou novos Acordos de Nível de Serviço com as Linhas Aéreas Alemãs Lufthansa, a Companhia Aérea Etíope, a Companhia Aérea Turca, as Linhas Aéreas Sul Africanas, a Qatar Airways e a Egypt Air, com vista a ter uma melhor prestação de serviços que incluem, não se limitando a redução do preço, facilidades de crédito, atribuição suplementar de bagagem e ao cancelamento de multas por falta de comparência ou por mudança de datas de viagem.

258. **Serviços de Protecção e Segurança:** Os Serviços de Protecção e Segurança têm vindo a proporcionar segurança e protecção para as propriedades das instalações da Comissão, bem como aos funcionários e aos seus dependentes nas suas residências com o objectivo de reduzir as vulnerabilidades. Um sistema de guarda de Segurança e de Protecção foi estabelecido, e a divisão está no processo de recolha de dados de localização dos funcionários, a fim de facilitar a rápida chegada do pessoal de segurança em caso de qualquer ocorrência. A Comissão está igualmente a providenciar actualizações mensais para todos os funcionários com o intuito de mantê-los a par das situações de segurança dentro e em torno de Adis Abeba. Além disso, o Projecto de Barreira de Segurança foi concluído e está instalado e a funcionar com sucesso e melhorou o controlo geral físico de segurança, o acesso para as instalações da CUA, bem como um reforço de câmaras de vigilância em todos os edifícios e perímetros envolventes. A 1ª Fase do projecto já foi concluída que abrange a protecção do Cercado do Perímetro da CUA, a verificação da entrada principal com os Sistemas de Fiscalização de Veículos por Material Rodante (UVSS) e detectores passo-a-passo de metais, controlo de Câmara IP e vigilância de vídeo, e cartão de controlo de acesso para os portões e edifícios.

259. **Desenvolvimento de carta de serviço:** Como parte dos seus esforços contínuos para melhorar os serviços do cliente em conformidade com as normas de qualidade e na procura de desempenhar o seu papel fundamental para contribuir na realização da Agenda 2063 da União Africana, a Comissão lançou a Carta de Serviço do Cliente para destacar os seus compromissos na prestação de serviços avançados monitorizados. Esta Carta foi desenvolvida em conformidade com as normas internacionais e com as melhores práticas. Todos intervenientes, incluindo a gestão superior, os funcionários e clientes estão envolvidos no processo de concepção, revisão, avaliação e na emenda da Carta, de tal forma que garanta a melhoria contínua da Carta e, portanto, os serviços a fim de atender as necessidades do cliente em todos os momentos.

260. **Exercício de criação de perfil de Competências.** A fim de identificar lacunas entre o conjunto de habilidades presentes e as necessidades futuras, foi feita uma avaliação de competências, a fim de identificar todas as habilidades, competências e talentos na Comissão. Isto vai ajudar na identificação das áreas de desenvolvimento dos funcionários que estão ligados aos objectivos da Comissão.

261. **Gestão de Registos:** Para 2014, a Comissão lançou com sucesso, o Sistema de Gestão de Registo Electrónico da UA (AUREMS) para quatro Escritórios da UA nomeadamente a Nova Iorque, Washington, Argel e Ouagadougou. O principal objectivo do sistema centralizado é para melhorar a gestão e a conservação de registos, bem como garantir a continuidade dos negócios e da recuperação de todos os registos oficiais de desastres da UA. A Comissão iniciou igualmente a criação do Centro de Registo com o objectivo de ter todos os registos em papel centralizados num único local e convertê-los em formato electrónico para serem usados por diferentes usuários autorizados.

### **Adoptar medidas com vista a ter uma Comissão financeiramente sustentável e viável**

262. Com base nas lições de 2013, a Comissão conseguiu ter o orçamento de 2015 aprovado em tempo útil na Sessão da Conferência de Junho de 2014 em Malabo. A Comissão continuou a melhorar a viabilidade financeira e sustentabilidade da Comissão através de garantia de utilização prudente, responsável e transparente dos recursos financeiros da Comissão e, efectivamente, através de apoio dos esforços para ajudar a identificar e desenvolver fontes alternativas de financiamento viáveis no sentido de apoiar os programas da UA.

263. A força motriz em 2014 foi a implementação de IPSAS após a sua aprovação em 2013. A implementação de IPSAS, dos mecanismos de governação, da implementação de força de trabalho e dos grupos de trabalho foram estabelecidos e um plano de alto nível e de orçamento foram elaborados e aprovados. No primeiro trimestre de 2014, os grupos de trabalho prepararam planos de trabalho detalhados. Os planos são monitorizados regularmente e sistematicamente revistos. Há expectativas da Comissão ficar compatível com IPSAS até 31 de Dezembro de 2014. Oito áreas de negócio foram categorizadas como essenciais (i.e. Demonstrações financeiras; Propriedade; Instalações e Equipamentos, Reconhecimento de Receitas; Reconhecimento de Despesas; Câmbio, inventário; As Questões de Orçamento e responsabilidade de Benefícios dos funcionários) uma vez que a implementação e os esforços estão a ser feitos para garantir cumprimento. O Manual de Política das IPSAS foi desenvolvido, e o Manual de Procedimentos Financeiros será finalizado até o final de 2014. A formação em implementação foi realizada para o pessoal dos órgãos e instituições da União.

264. A Comissão continuou a monitorizar a Divisão de Apoio às Operações de Paz (PSOD) e disponibiliza apoio financeiro de forma a melhorar a gestão financeira dos novos escritórios e garantir que as novas operações de manutenção da paz sigam os procedimentos financeiros. A Comissão está a liderar os esforços contínuos na implementação das reformas de gestão financeira de toda a União a fim de melhorar a supervisão fiduciária, controles internos e gestão de riscos.

265. Na sua busca de prudência financeira, a Comissão desenvolveu a Luta contra a fraude e Corrupção e a Gestão de Risco Empresarial que agora estão a ser finalizados para a implementação. Está igualmente a trabalhar vigorosamente para a harmonização dos processos e procedimentos, bem como em serviços comuns e uniformidade na aplicação das políticas amplas de integração. Mais ainda, as Regras e Regulamentos Financeiros revistos foram aprovados em Janeiro de 2014. Durante todo o ano, os relatórios da gestão financeira foram proporcionados tal como se a informação estivesse prontamente disponível para a política e para a tomada de decisão da gestão.

266. A Comissão foi igualmente submetida a uma avaliação de instituição de qualificação para o novo financiamento da União Europeia, onde sete (7) pilares foram auditados incluindo o controlo Interno, Contabilidade, Auditoria Externa, Subvenções, Aprovisionamento e Subdelegação. Os resultados da auditoria serão publicados em Janeiro de 2015. A Comissão fechou com êxito os 55 milhões de Euros, e as questões da implementação e de auditoria pendentes foram endereçadas para garantir a máxima utilização dos recursos. As actividades do projecto serão monitoradas de perto e as acções de mitigação continuarão a ser aplicadas a medida do possível. Estamos esperançosos de que as demonstrações financeiras de 2014, sejam concluídas até Março de 2015, onde será compatível com IPSAS.

267. **Auditoria Interna:** O Gabinete de Auditoria Interna (GAI) implementou 37 projectos do Plano Anual e de Solicitações da Administração. Em resumo, o GAI implementou 25 projectos de auditoria (57% do plano) que estão em vários estágios (i.e. tanto relatório final/projecto emitido ou do campo de trabalho em progresso). Além disso, o GAI realizou 12 outros projectos de auditoria fora do Plano Anual da Auditoria baseados nas várias solicitações da Administração. O GAI está neste momento a trabalhar no plano do último trimestre para implementar os restantes projectos. Em geral, as auditorias realizadas resultaram na melhoria de diversos aspectos dos controles internos na Sede, nos órgãos da UA, nos escritórios de representação/regionais bem como nas missões de campo.

268. Através de aprimoramento nos recursos de pessoal e nas iniciativas de criação de **capacidades**, o GAI foi capaz de realizar vários tipos de revisão de auditoria incluindo financeira, conformidade, operacional (auditorias de desempenho), tecnologia de informação e pesquisas. Além disso, a formação da equipe de auditoria, bem como a participação em conferências profissionais ajudaram ao GAI a manter-se a par das práticas actuais da auditoria interna.

269. Os dois Comitês de Auditoria, ou seja, o Comité de Progresso da Auditoria Interna (CPAI) e o Subcomité do CRP sobre Questões de Auditoria que foram operacionalizados em 2013 continuaram a desempenhar as suas devidas funções. Ter estes comités na prática realçaram a confiança dos parceiros da UA, uma vez que os comités, entre outros, facilitam a análise da implementação dos relatórios de auditoria.

## **Realização 7.2    Reforço da Relação com os Órgãos da UA, CER e Parceiros Estratégicos**

270. O relatório nos diferentes resultados e produtos mostra que existem compromissos dinâmicos com os **Órgãos e as CER da UA** sobre os diversos programas e iniciativas da UA, que vão desde a paz e segurança para as várias iniciativas de desenvolvimento. As CER desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da Agenda 2063, e com a sua inclusão no Comité de Acompanhamento Ministerial de Bahir Dar, contribuíram para o foco estratégico mais amplo sobre a implementação e coordenação. A Comissão facilitou as reuniões de coordenação com as CER, UNECA, o BAD e NPCA, que contribuíram para reforçar a harmonização de políticas e programas continentais.

271. **Apoio aos Órgãos Políticos da UA:** Agir como um órgão responsável pelo apoio administrativo e de secretariado e aos órgãos políticos, a Comissão continuou a facilitar o trabalho dos Órgãos Políticos. A Comissão, através da gestão do programa de eventos e agendas tornou a organização de eventos rentável e tem contribuído para a gestão coordenada desses eventos numa forma coerente e organizada. A Comissão continuou a melhorar em termos de planificação, organização e manutenção de todos os Órgãos Políticos da UA durante o período em análise.

272. O relacionamento da Comissão da UA com as **outras instituições continentais estratégicas**, a Comissão Económica das Nações Unidas para a África, a Agência da NEPAD e o Banco Africano de Desenvolvimento continua em ritmo, variando de actividades conjuntas, conforme vem indicado ao longo do relatório, bem como participar em actividades de cada um, e a continuidade da colaboração no desenvolvimento da Agenda 2063.

### **Cooperação com parceiros internacionais**

273. Durante o período em análise, a Comissão, em colaboração com os parceiros e organizações, e em linha com o seu calendário anual, convocou as seguintes Cimeiras:

- **4ª Cimeira África-UE** em Bruxelas, na Bélgica, de 02 a 03 de Abril de 2014, sob o lema "Investir nas Pessoas, Prosperidade e Paz". A Cimeira adoptou a Declaração, o Roteiro de 2014-2017 e uma Declaração separada sobre Migração e Mobilidade.
- **1ª Cimeira dos Líderes de África-EUA** em Washington, D.C., Estados Unidos, de 04 a 06 de Agosto de 2014, sob o tema "Investir na Próxima Geração".
- **2ª Cimeira de África-Turquia** em Malabo, Guiné Equatorial de 19 a 21 de Novembro de 2014 sob o tema "Novo Modelo de Parceria para o Fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável e Integração" A Cimeira adoptou uma Declaração, um Plano Conjunto de Implementação e Matriz 2015-2018 de projectos prioritários chave.

274. **Parceria África-Árabe:** A Comissão trabalhou em colaboração com a Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes para o acompanhamento dos resultados da 3ª Cimeira África-Árabe da seguinte forma:

- Co-organizou três reuniões do Comité de Coordenação da Parceria África-Árabe ao nível de Altos Funcionários, em Adis Abeba, Cairo e Kuwait. A Comissão desenvolveu o Plano de Trabalho Consolidado para a implementação das Resoluções da 3ª Cimeira África-Árabe.
- Participou na reunião de coordenação Ministerial, que teve lugar em Nova Iorque em 22 de Setembro de 2014 para aprovar o Plano de Trabalho para a implementação.
- Tomou uma série de iniciativas para melhorar a capacidade do Instituto Cultural África-Árabe baseado em Bamaco, Mali.
- Em colaboração com a Comissão de Coordenação e com o Estado do Kuwait, fez-se igualmente acompanhamento da implementação das iniciativas da Sua Majestade Emir do Kuwait em Investimentos e Desenvolvimento em África, que foram divulgados durante a 3ª Cimeira África-Árabe.

275. **Cooperação Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento de África (TICAD):** A Comissão co-organizou a Primeira Reunião Ministerial de TICAD V em Yaoundé, Camarões em Maio de 2014, que analisou a Matriz de Implementação com outros co-organizadores de TICAD V. Essa matriz de Implementação chegou a acordo sobre os projectos que visam a realização das metas de resultados estabelecidos no Plano de Acção da TICAD V. A proposta da reunião Ministerial de reduzir a frequência das Cimeiras da TICAD de cinco (5) para três (3) anos está sob consideração. Em conformidade com o princípio da rotação das Cimeiras, TICAD VI agendadas a ter lugar em 2016, será realizada em África.

276. **Fórum África-Coreia:** A Comissão recebeu 500.000 \$EU da Coreia, no âmbito do Fundo Coreano. Este fundo está a ser usado para implementar programas, incluindo projectos em Comércio e Indústria, Economia Rural e Agricultura, e Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia.

277. **Fórum de Cooperação China-África (FOCAC):** A Comissão permanece activamente engajada na implementação do Plano de Acção 2013 - 2015. Durante a visita de Sua Excelência. Sr. Li Keqiang, Presidente do Conselho de Estado da China junto da Comissão da União Africana em Maio de 2014, ambos os lados concordaram em reforçar a cooperação em matéria de redução da pobreza entre a República Popular da China e a União Africana e implementar a iniciativa de comboio de alta velocidade. A China decidiu estabelecer uma Missão para a União Africana, em Adis Abeba, na prossecução do seu relacionamento com a UA.

278. **Cimeira do Fórum de África-Índia:** O Fórum foi adiado pelo Governo da Índia sobre os fundamentos do surto do Vírus do Ébola na África Ocidental. A Comissão

mantém o compromisso com o governo da Índia em concordar com uma nova data para o Fórum.

279. **Cimeira de África-América do Sul (ASA):** Apesar dos compromissos assumidos na 3ª Cimeira de África-América do Sul (ASA), realizada em Malabo, Guiné Equatorial, em Fevereiro de 2013, nada de concreto foi feito no sentido de executar projectos e programas específicos. No entanto, após a realização da Primeira Reunião do Comité Ad Hoc de ASA, realizada em Setembro de 2014, em Quito, no Equador, um roteiro foi desenvolvido que culminará na 4ª Cimeira de ASA. Além disso, há uma proposta de capacitar o Secretário-Geral da União das Nações da América do Sul (UNASUR) para se tornar um homólogo eficaz da CUA para o estabelecimento de uma cooperação verdadeiramente bi-regional.

280. **Revisão de Parcerias Estratégicas de África:** uma avaliação global das parcerias de África com o resto do mundo foi concluído e o documento final está a ser analisado pela Comissão e pelo CRP.

## Parte C: CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

### Lições e Desafios

281. O trabalho realizado este ano em torno de infra-estrutura, Ébola, agricultura, bem como as consultas ao redor da Agenda 2063 mostra que a União Africana tem uma janela de oportunidade para criar um consenso amplo entre os africanos e a diáspora, não somente sobre a sua visão, mas de como fazer as coisas de forma diferente para permitir a implementação de prioridades africanas. A chave para isso é o compromisso de fortalecer, utilizar e revitalizar os programas africanos, estratégias e instituições.

282. As discussões sobre fontes alternativas de financiamento levaram muito tempo, mas há uma dinâmica de construção para o continente para desenvolver soluções para o financiamento do seu desenvolvimento. Além disso, a Comissão e todos os Órgãos Políticos da UA devem garantir que utilizamos os nossos recursos de forma prudente, eficaz, eficiente e responsável.

283. A busca da paz e segurança, eleições democráticas, cultura de direitos humanos, gestão da diversidade e para a governação responsável e de desenvolvimento, é igualmente necessária para permitir que os povos do continente tenham estabilidade, e criem um ambiente propício e instituições apropriadas para o desenvolvimento, segurança humana e prosperidade comum.

284. O 3º Plano Estratégico obriga a Comissão da UA no seu trabalho para prestar muito mais atenção nos resultados, em vez de apenas actividades. O Relatório Anual de 2014 indica que ainda não conseguimos realizar o preconizado. A Comissão irá garantir que o foco em resultados torna-se baseado na sua cultura organizacional.

### 2015: Perspectivas

285. O seguinte estará entre as principais questões e prioridades em 2015:

- A implementação do 3º Plano Estratégico e identificadas as áreas de resultados prioritários, mudar a nossa cultura organizacional em prol dos resultados e examinar os arranjos institucionais necessários para a implementação da Agenda 2063;
- Cinco anos da nossa meta para silenciar as armas, para garantir que as eleições deste ano não se tornem fontes de conflitos violentos, para renovar os esforços para resolver os conflitos remanescentes e reforçar a Arquitectura de Governação Africana;

- Actividades vibrantes, numa base ampla e concreta, com resultados mensuráveis em torno do tema de Empoderamento das Mulheres e Desenvolvimento em prol da Agenda 2063 da África;
- Progresso sobre as fontes alternativas de financiamento das instituições da UA, e muito mais na mobilização de recursos para as prioridades africanas;
- Apoiar os Estados-membros e as CER no sentido da integração e da domesticação de Agenda 2063, e garantir a coordenação e na advocacia sobre a execução dos principais projectos emblemáticos;
- Garantir o acompanhamento e a promoção da integração continental, incluindo a apresentação do relatório nos meados do ano sobre o estado de integração em curso



AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

---

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

---

2015

# Annual Report of the chairperson on the activities of the african Union commission covering the period January to December 2014

African Union

African Union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/4625>

*Downloaded from African Union Common Repository*